
2º RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DO **EDUCAÇÃO** *JA*



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

2º RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DO **EDUCAÇÃO** *JA*



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

Fevereiro de 2021

FICHA TÉCNICA

ELABORAÇÃO

Todos Pela Educação

COORDENAÇÃO

Priscila Cruz

Presidente-Executiva

Olavo Nogueira Filho

Diretor-Executivo

Gabriel Barreto Corrêa

Líder de Políticas Educacionais

REDAÇÃO

Maria Cecília Gomes Pereira

Coordenadora de Políticas Educacionais

Gabriel Barreto Corrêa

Líder de Políticas Educacionais

APOIO TÉCNICO

Caio Sato

Coordenador do Núcleo de Inteligência

Elder Sant'Anna

Coordenador do Núcleo de Inteligência

Felipe Poyares

Coordenador de Relações Governamentais

Guilherme Melo de Freitas

Analista Estagiário de Políticas Educacionais

Ivan Gontijo

Coordenador de Políticas Educacionais

Lucas Fernandes Hoogerbrugge

Líder de Relações Governamentais

Manuela Pereira

Coordenadora de Produção Técnica e Legislativa

Maria Laura Gomes Lopes

Analista do Núcleo de Inteligência

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Priscilla Cabral

Líder de Comunicação e Mobilização

Barbara Benatti

Gerente de Comunicação

Bruna Rodrigues

Analista de Conteúdo

ESPECIALISTAS CONSULTADOS

Anna Helena Altenfelder

Claudia Costin

Fernando Luiz Abrucio

José Henrique Paim

Kátia Cristina Stocco Smole

Maria Helena Guimarães

Maria Inês Fini

Mariza Abreu

Maurício Holanda

Mozart Neves Ramos

ARTE E DIAGRAMAÇÃO EXTERNA

Cleber Sant'Anna

Designer

Renan Fanelli

Designer

REVISÃO EXTERNA

Paula Bosi

Jornalista e Revisora

SOBRE O TODOS PELA EDUCAÇÃO

Somos uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil. Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, somos financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública. Isso nos garante a independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado, mudar o que precisa ser mudado. A Educação só será melhor com boas políticas educacionais: estruturantes, bem formuladas e continuamente aprimoradas. E atuamos para que isso seja realizado em todo o Brasil - reunindo e estruturando o melhor do conhecimento e das evidências disponíveis, qualificando o debate e articulando com o poder público.

Saiba mais em www.todospelaeducacao.org.br

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	11
1. INTRODUÇÃO	17
2. A PANDEMIA DE COVID-19 E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	23
3. BALANÇO 2020 DA AGENDA DO EDUCAÇÃO JÁ!	29
3.1. ACOMPANHAMENTO DAS 7 PRIORIDADES DO EDUCAÇÃO JÁ!	29
3.2. A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)	43
3.3. PRINCIPAIS MENSAGENS DO BALANÇO 2020 DO EDUCAÇÃO JÁ!	47
4. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	53
5. DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA 2021	61
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69



SUMÁRIO

EXECUTIVO

O 2º Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já! apresenta um balanço de 2020 sobre o andamento das políticas públicas educacionais destacadas pelo Todos Pela Educação, em conjunto com diversas organizações e especialistas, como prioritárias para o País. O documento identifica avanços, desafios e eventuais retrocessos das medidas recomendadas pela iniciativa Educação Já!, além de fazer uma reflexão sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na Educação Básica, discutir a atuação do Ministério da Educação (MEC), mostrar a evolução mais recente dos principais indicadores educacionais e ressaltar algumas mensagens-chave e recomendações para 2021.

A pandemia de Covid-19, conforme apontam estudos recentes, gerará perdas de aprendizagem significativas e deverá aumentar a evasão escolar e as desigualdades educacionais. Uma geração de crianças e adolescentes tem sido afetada pelos impactos educacionais e sociais da pandemia, especialmente os mais vulneráveis. Efeitos estes que, na ausência de uma “resposta” pós-pandemia à altura, deverão trazer repercussões profundas e de longo prazo.

O quadro I apresenta uma síntese do andamento das principais políticas educacionais em 2020, indicadas no Educação Já!, e recomendações para 2021. Como evidenciado, a despeito da pandemia de Covid-19 e da falta de coordenação nacional do MEC, algumas medidas da agenda do Educação Já! avançaram, principalmente devido aos esforços empreendidos por Estados, Municípios e o Poder Legislativo, com destaque para a aprovação do Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Não obstante, a análise mostra que todas as prioridades apontadas foram afetadas pela pandemia de Covid-19, como a implementação da BNCC, do Novo Ensino Médio e as medidas voltadas para a profissionalização da carreira e da formação docente.

Com relação ao MEC, além da ausência de coordenação nacional, cuja responsabilidade legal é do Governo Federal¹, o ano de 2020 reforçou a imagem de um ministério sem capacidade de liderança e com sérios problemas de gestão. Salvo exceções pontuais – que serão elucidadas neste relatório – a síntese da pasta, em 2020, é de inação, baixa execução orçamentária e fragilidades na governança e na pactuação com Estados e Municípios, trazendo prejuízos incalculáveis a curto, médio e longo prazos para a melhoria da qualidade da Educação Básica.

Seja pela alta concentração de recursos na instância federal, por atribuição legal ou até mesmo por legitimidade institucional, há desafios que, fundamentalmente, dependem de um MEC ativo – e altivo – para que sejam devidamente enfrentados. O ano de 2020 reforça a necessidade de mudanças para que o Ministério da Educação cumpra seu papel.

Como resumo, apresentam-se três principais mensagens extraídas do balanço de 2020, que podem servir de reflexão para repensar as estratégias do poder público e da sociedade civil a partir de 2021:

1. Para além do impacto no funcionamento das escolas, a pandemia trouxe grandes prejuízos às reformas educacionais que estavam em curso - que só não foram ainda mais afetadas por conta da ação de entes subnacionais e do Poder Legislativo;

2. A falta de liderança e gestão do MEC, já observada em 2019, se aprofundou em 2020 e deixou ainda mais claro que, sem coordenação nacional, os desafios da Educação Básica são acentuados e o avanço de agendas estruturantes em todo o País é comprometido;

3. Salvo forte inflexão do Governo Federal, as esperanças de avanços estruturantes na Educação Básica brasileira, até 2022, residem no protagonismo dos entes subnacionais e do Poder Legislativo.

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 (Artigo 8º, §1º): “Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.”

Quadro I: Balanço 2020 do andamento das principais políticas educacionais e recomendações para 2021²

TEMAS PRIORITÁRIOS	PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2020	PRÓXIMOS PASSOS E RECOMENDAÇÕES PARA 2021
Governança e Gestão	# O PLP 235/2019, de regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE), que tramita no Senado, recebeu parecer do senador Dário Berger (MDB/SC) favorável com substitutivo, na Comissão de Educação e Cultura.	# Avançar na regulamentação e na estruturação do Sistema Nacional de Educação (SNE); # Fortalecer e estimular experiências de regime de colaboração entre Estado e Municípios e de cooperação intermunicipal.
Financiamento	# Aprovação da EC nº 108, de 26/08/2020, que torna o Fundeb permanente e mais redistributivo, com avanços em instrumentos para a equidade e a qualidade do ensino; # Aprovação da Lei Federal nº 14.113, de 25/12/2020, que regulamenta o Novo Fundeb.	# Realizar a atualização da Lei de Regulamentação do Fundeb; # Garantir o funcionamento dos sistemas operacionais do Fundeb no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); # Avançar na elaboração e na efetivação das leis estaduais de distribuição da cota-parte do ICMS aos Municípios.
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	# 636 Municípios homologaram seus currículos elaborados a partir da BNCC, totalizando 4.523 Municípios (81% do total) com currículos alinhados até o fim de 2020. Mais de 1.000 Municípios seguem atrasados, embora muitos estejam com processo iniciado; # Formação de multiplicadores e professores; # Publicação de editais do PNLD alinhados à BNCC para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.	# Elaborar e disseminar cronograma nacional de implementação que abranja as frentes de currículo, formação, materiais didáticos e avaliações; # Garantir que todos os Municípios tenham seus referenciais curriculares alinhados à BNCC; # Elaborar e implementar planos de formação continuada com foco nos novos currículos (re)construídos a partir da BNCC; # Ainda no nível subnacional, continuar os esforços de alinhamento dos elementos pedagógicos (recursos didáticos e avaliações, por exemplo) aos novos currículos, buscando coerência entre eles; # O MEC (re)assumir o papel de coordenador nacional da implementação da BNCC para a redução de desigualdades regionais, apoiando tecnicamente e com recursos financeiros; # Articular o Saeb com a BNCC e o Novo Ensino Médio, com participação dos Estados e Municípios.

² O quadro 2, a seguir, mostra um resumo das propostas do Educação Já! para cada temática.

TEMAS PRIORITÁRIOS	PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2020	PRÓXIMOS PASSOS E RECOMENDAÇÕES PARA 2021
Professores	# Aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e da Base Nacional Comum (BNC) de Formação Continuada para a Educação Básica; # O MEC começou a construir a Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar.	# Iniciar a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores, por meio da reestruturação do Sinaes e da alteração do Enade 2023; # Iniciar, nas redes de ensino, a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores; # Construir programas para monitoramento e apoio à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais; # Formular políticas de profissionalização e valorização da carreira docente, tendo como foco avanços nos critérios de ingresso, estágio probatório, estrutura de progressão e planos de carreira, condições salariais e regimes de contratação; # Retomar as discussões sobre o critério de reajuste do Piso Nacional, à luz das mudanças trazidas pelo Novo Fundeb.
Primeira Infância	# Aprovação do Novo Fundeb com ampliação da complementação da União por meio do VAAT com destinação de 50% dos recursos para a Educação Infantil; # Diretrizes, no âmbito do Programa Criança Feliz, para o atendimento remoto de gestantes e o acompanhamento do desenvolvimento de crianças durante a pandemia de Covid-19.	# O FNDE apoiar os novos gestores municipais no desafio de retomar o processo de construção e viabilização do funcionamento das creches inacabadas no âmbito do Proinfância; # Ampliar o financiamento de expansão da Educação Infantil; # Nas novas gestões municipais, implementar ações para universalizar, rapidamente, o acesso à Pré-Escola e oferecer o atendimento em Creches para todos que precisam, sempre prezando pela qualidade; # Expandir, nos entes subnacionais, ações intersetoriais buscando um atendimento integral às crianças na Primeira Infância; # Ampliar a atenção às gestantes e famílias com crianças pequenas em situação de vulnerabilidade por meio de programas de visitas domiciliares e encontros em grupo.

**TEMAS
PRIORITÁRIOS****PRINCIPAIS
DESTAQUES DE 2020****PRÓXIMOS PASSOS E
RECOMENDAÇÕES PARA 2021****Alfabetização**

- # O MEC lançou o programa Tempo de Aprender, que é um dos programas que fazem parte da Política Nacional de Alfabetização (PNA), contando com a adesão de 20 redes estaduais e mais de 4.300 Municípios;
- # Desenho de programas estaduais de alfabetização em regime de colaboração entre Estado e Municípios em mais cinco unidades federativas, seguindo modelo cearense: Maranhão, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Goiás e Piauí, totalizando 10 Estados com programas dessa natureza, incluindo o Ceará.

- # Revisar os programas Conta Pra Mim e Tempo de Aprender, buscando um maior alinhamento com a BNCC;
- # Evoluir o desenho de implementação do programa Tempo de Aprender, articulando-o com as políticas estaduais e municipais, em especial, nas localidades que já têm políticas estruturadas e/ou operam políticas de alfabetização em regime de colaboração;
- # Avançar o Saeb 2º Ano e sua forma de disponibilização de dados, para que essa avaliação realmente tenha o potencial de apoiar os gestores na formulação de esforços locais focados em alfabetização;
- # Aprimorar os materiais didáticos de alfabetização nas redes de ensino;
- # Realizar avaliação de fluência que apoie os diagnósticos e a formulação de políticas locais;
- # Expandir a alfabetização em regime de colaboração para mais Estados, em 2021;
- # Consolidar os programas de alfabetização em regime de colaboração nos Estados que já os instituíram.

Ensino Médio

- # Os Estados, sob a liderança do Consed, avançaram na construção de seus referenciais curriculares. O currículo de São Paulo foi homologado e os documentos de outros três Estados aguardavam homologação. Outros 13 currículos terminaram o ano em avaliação pelos respectivos Conselhos de Educação e 10 estão em elaboração pelas secretarias;
- # Continuidade de programas de apoio do MEC: ProBNCC e PDDE do Novo Ensino Médio;
- # Homologação, pelo MEC, de novas DCNs para a Educação Profissional e Tecnológica;
- # Instituição, pelo Inep, da Comissão de Assessoramento Técnico-Pedagógico para a Avaliação do Novo Ensino Médio;
- # 842 novas escolas de Ensino Médio em Tempo Integral implementadas.

- # O MEC (re)assumir o papel de coordenador nacional da política, em colaboração com os Estados, garantindo apoio técnico, financeiro e uma maior integração entre os entes;
- # O MEC/Inep consensuar e publicar um cronograma nacional da implementação do Novo Ensino Médio pactuado com as redes estaduais, envolvendo, inclusive, os prazos previstos para as novas avaliações (Enem e Saeb) a serem aplicadas;
- # O MEC publicar edital do PNLD para aquisição de obras voltadas ao desenvolvimento de itinerários formativos, para apoiar as redes;
- # Garantir que todas as redes estaduais homologuem os currículos de referência da etapa;
- # Continuar a expansão do modelo de Ensino Médio em Tempo Integral nas redes estaduais, incluindo a continuidade e a expansão pelo MEC da política de fomento já existente;
- # Elaborar e iniciar o Plano de Implementação do Novo Ensino Médio e o Plano de Formação de cada rede, garantindo que o Ministério da Educação avance com a provisão de assistência técnica de apoio e fortalecimento da capacidade das Secretarias Estaduais;
- # Acompanhar e sistematizar experiências, para que boas práticas possam ser disseminadas. Mais escolas deverão implementar experiências-piloto do Novo Ensino Médio em 2021.



1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste relatório – o segundo de uma série anual iniciada em 2019³ – é apresentar um balanço da agenda do Educação Já! no ano de 2020 e algumas reflexões para 2021, por meio da **análise do andamento dos principais temas prioritários que integram a proposta de estratégia nacional para a melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil**.

O Educação Já!, lançado em 2018, é uma **iniciativa coordenada pelo Todos Pela Educação que, em parceria com diversos especialistas e organizações do setor educacional**⁴, busca contribuir para que o poder público brasileiro implemente um conjunto de medidas que sejam capazes de promover um salto de qualidade na Educação Básica. O Educação Já! representa uma ampla coalizão de atores e organizações que trabalham juntos para o avanço de pautas prioritárias para a Educação Básica brasileira.

O Educação Já! contempla uma proposta de estratégia nacional que foi apresentada para diversos atores políticos, dos três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e entes federativos - União, Estados e Municípios. A proposta foi sistematizada em sete grandes temas prioritários e estruturantes, a saber: Governança e Gestão, Financiamento, Base Nacional Comum Curricular, Professores, Primeira Infância, Alfabetização e Ensino Médio. O detalhamento de cada uma das sete prioridades está sintetizado no quadro 2 (Todos Pela Educação, 2018).

Este relatório faz parte da estratégia de monitoramento público do Todos Pela Educação. Não se trata de uma avaliação da implementação das políticas, tampouco de uma avaliação de seu impacto, mas de um acompanhamento dos principais avanços, isto é, do que foi feito pelos governos federal e subnacionais, assim como daquilo que não foi feito, considerando os desafios impostos pela pandemia de Covid-19. O relatório também apresenta algumas reflexões no que concerne ao processo de formulação e implementação à luz do cenário pandêmico e ao que não avançou como esperado ou sequer tornou-se prioridade, assim como os desafios e próximos passos para avançar com a agenda do Educação Já! em 2021.

Os métodos adotados para a construção deste relatório foram levantamento de dados secundários e primários e revisão de literatura, contando com o apoio de técnicos de organizações

³ O 1º Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já! (Todos Pela Educação, 2020d), divulgado em março de 2020, apresentou uma avaliação do Todos Pela Educação do “balanço 2019” para cada um dos sete temas prioritários do Educação Já!, em conceitos que variavam segundo cinco classificações: A, B, C, D e E. Neste “balanço 2020”, considerando o contexto inédito pelo qual o País passou, decidiu-se por não classificar o avanço dos temas, fazendo apenas um levantamento do que ocorreu no ano.

⁴ As organizações parceiras são: Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura, Instituto Península, Instituto Sonho Grande, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho, Itaú Social, Movimento Colabora Educação, Movimento pela Base e Movimento Profissão Docente.

da sociedade civil do setor educacional, que trabalham em parceria com governos, e de especialistas em Educação.

Além desta introdução, este documento está organizado em mais cinco seções. A seção 2 discorre sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na Educação Básica. A seção 3 apresenta um balanço de 2020, contemplando o acompanhamento das sete prioridades temáticas do Educação Já!, uma reflexão sobre a atuação do Ministério da Educação (MEC) e aponta as mensagens-chave da análise feita. A seção 4 apresenta a evolução dos principais indicadores da Educação Básica vinculados aos objetivos do Educação Já!. A seção 5 discute sobre os principais desafios e recomendações para 2021. Por fim, na seção 6, são apresentadas algumas considerações finais.

Quadro 2: Resumo das propostas do Educação Já!

Propostas do Educação Já!

1) REESTRUTURAÇÃO DAS REGRAS DE GOVERNANÇA E MELHORIA DA GESTÃO

Aprimorar a gestão dos órgãos públicos da Educação e redesenhar a governança entre União, Estados e Municípios, dando mais clareza quanto às atribuições de cada ente e estimulando a pactuação de políticas.

- a. Regulamentar um Sistema Nacional de Educação (SNE) que defina de forma clara as responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na Educação Básica e crie normas para que atuem de forma articulada e conjunta;
- b. Criar mecanismos para incentivar práticas colaborativas entre União, Estados e Municípios, dentre as quais as instâncias de pactuação tripartite e bipartites;
- c. Apoiar e induzir melhorias de gestão nas Secretarias municipais e estaduais de Educação;
- d. Aprimorar a gestão do Ministério da Educação (MEC), promovendo mudanças na estrutura organizacional e na gestão administrativa e orçamentária.

2) FINANCIAMENTO MAIS REDISTRIBUTIVO E INDUTOR DE QUALIDADE

Realizar alterações nos mecanismos de financiamento da Educação Básica, em especial o Fundeb, tornando-os mais eficientes, redistributivos e indutores de qualidade, visando garantir, em todas as redes, condições básicas para a oferta educacional.

- a. Tornar permanente o Fundeb, principal mecanismo de redistribuição de verbas na Educação Básica, que se encerra em 2020, e aprimorá-lo, considerando os seguintes eixos:

Melhorar a redistribuição dentro dos Estados, considerando, além do número de matrículas, o total de recursos disponíveis e o nível socioeconômico dos alunos;

Direcionar a complementação da União para quem mais precisa, fazendo com que essa verba adicional chegue aos Municípios mais pobres, independentemente do Estado onde estão localizados;

Ampliar a contribuição da União ao Fundeb de maneira sustentável e gradual, fazendo com que todos os Municípios brasileiros tenham condições básicas para a gestão educacional.

b. Aperfeiçoar as demais transferências de recursos do Governo Federal às redes de ensino, tornando-as mais redistributivas e eficazes na melhoria da qualidade da Educação;

c. Aprimorar os mecanismos de repasses financeiros para induzir Estados e Municípios a adotarem melhores políticas educacionais;

d. Introduzir mecanismos de indução da qualidade do ensino via incentivos financeiros e tributários para o avanço na aprendizagem.

3) EFETIVAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NAS REDES DE ENSINO

Adaptar e implementar os currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental à BNCC e, a partir deles, garantir a coerência dos elementos dos sistemas educacionais.

a. A partir da BNCC e da reformulação dos currículos feita pelas redes de ensino, fortalecer os elementos essenciais para a gestão pedagógica, com a construção e a disseminação de:

Materiais de apoio de qualidade para alunos e professores;

Programas de formação continuada aos professores;

Avaliações de aprendizagem atreladas ao currículo;

Programas de reforço e recuperação bem estruturados.

b. Adaptar as políticas nacionais de natureza pedagógica à BNCC, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), as políticas de disponibilização de recursos digitais e as avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

4) PROFISSIONALIZAÇÃO DA CARREIRA E FORMAÇÃO DOCENTE

Instituir políticas de valorização e profissionalização docente, com abordagem sistêmica que envolva atratividade, formação e melhorias na carreira de professores.

a. Instituir o Marco Referencial Docente Nacional, que visa definir as competências e os conhecimentos esperados de todo professor, como forma de nortear as políticas docentes no País;

- b.** Elevar a seletividade dos cursos de formação inicial de professores, estabelecendo pontuação mínima no Enem para o ingresso nesses cursos;
- c.** Estruturar programa nacional de atratividade de alunos com alto desempenho no Enem para o ingresso na carreira docente;
- d.** A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial, aprimorar os mecanismos de indução, regulação e avaliação dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas e criar um exame de conclusão para aferir os conhecimentos mínimos para o exercício da docência;
- e.** Melhorar a carreira e o desenvolvimento profissional dos professores concursados das redes de ensino, aprimorando os concursos de ingresso, o estágio probatório, os planos de carreira, a remuneração, a rotina de trabalho e a formação continuada;
- f.** Aprimorar os processos de seleção e formação dos professores temporários das redes de ensino;
- g.** Promover melhorias nos processos de seleção, formação e apoio ao trabalho dos gestores escolares.

5) PRIMEIRA INFÂNCIA COMO AGENDA INTERSETORIAL

Estabelecer políticas intersetoriais de Primeira Infância que busquem um atendimento integral e integrado de qualidade às crianças de 0 a 6 anos.

- a.** Expandir e qualificar a oferta de Educação Infantil, especialmente para as famílias mais vulneráveis. Identificar a demanda real por vagas em Creche (0 a 3 anos) e buscar atendê-la nos Municípios e ter 100% das crianças de 4 e 5 anos na Pré-Escola; e melhorar a qualidade dos serviços, incluindo a implementação da Base Nacional Comum Curricular para a etapa;
- b.** Expandir as ações intersetoriais para a Primeira Infância, em especial, com serviços de apoio às famílias e responsáveis no cuidado das crianças, com políticas como a ampliação do atendimento às famílias em programas de visitação domiciliar e grupos de orientação e a definição de parâmetros de qualidade e processos avaliativos para a Educação Infantil, além da implementação da avaliação do desenvolvimento infantil.

6) ALFABETIZAÇÃO EM REGIME DE COLABORAÇÃO

Instituir programas de alfabetização em que Estados estabeleçam estratégias coordenadas e colaborativas junto aos Municípios, buscando fortalecer ações pedagógicas específicas para o processo de alfabetização.

- a.** Com inspiração no caso do Estado do Ceará, expandir a estratégia do Regime de Colaboração entre governos estaduais e municipais, observando os seguintes fatores:

- # Fortalecimento pedagógico: articulação entre currículo, avaliação, material didático e formação docente para dar foco à alfabetização;
- # Avaliação e Monitoramento: realização de avaliação diagnóstica censitária e estruturação do monitoramento do programa;
- # Cooperação e incentivos: constituição de estruturas de cooperação entre Estado e Municípios, com implementação de mecanismos de incentivo focados na melhoria da aprendizagem;
- # Governança participativa: estruturação de governança com participação de poder de decisão de diferentes instâncias;
- # Engajamento pelo diálogo: implementação de estratégias de divulgação e visibilidade do programa;
- # Compromisso técnico e político: pleno envolvimento e comprometimento do governador e dos prefeitos;
- # Desenho e legitimidade: elaboração de planejamento dos programas e garantias de viabilidade dos recursos.

7) NOVA PROPOSTA DE ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

À luz das definições trazidas pela lei do Novo Ensino Médio, reestruturar a oferta da etapa no Brasil, buscando tornar as escolas mais atrativas para os jovens e avançar nos índices de aprendizagem dos alunos.

- a.** Implementar as mudanças estabelecidas para o Ensino Médio em todas as escolas, contemplando a extensão da carga horária e um currículo mais diversificado, que estimule a interdisciplinaridade;
- b.** Expandir e aprimorar as escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, viabilizando uma escola mais atrativa aos jovens e com melhores resultados de aprendizagem dos alunos;
- c.** Expandir e aprimorar a oferta da formação técnica e profissional no Ensino Médio, de maneira mais articulada com o mercado de trabalho;
- d.** Adaptar políticas nacionais de natureza pedagógica ao Novo Ensino Médio, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Fonte: Todos Pela Educação



2. A PANDEMIA DE COVID-19 E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para conter a pandemia de Covid-19, foram adotadas medidas de isolamento social em todo o território nacional, desde que o primeiro caso foi identificado em São Paulo, no final de fevereiro de 2020. A partir de meados de março, as escolas foram fechadas e os serviços educacionais foram interrompidos em todo o Brasil, afetando a vida de mais de 48 milhões de estudantes e 2 milhões de professores. Várias redes e sistemas de ensino públicos anteciparam as férias escolares, enquanto se organizavam para a oferta do ensino remoto, por meio de atividades escolares não presenciais, mediadas ou não pela tecnologia.

Apesar dos esforços das redes públicas estaduais e municipais para a oferta do ensino remoto⁵, os desafios e os prejuízos à aprendizagem de crianças e adolescentes têm sido imensos. Dentre os desafios do ensino remoto, estão os diferentes níveis de suporte familiar no processo de ensino-aprendizagem, a falta de acesso a equipamentos e internet para acompanhar as aulas remotas (61% dos domicílios brasileiros não possuem computador e 28% não possuem acesso à internet⁶), a menor autonomia das crianças mais novas para acompanhar as atividades não presenciais, principalmente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e as fragilidades dos sistemas de ensino e dos professores para sua implementação. Em maio de 2020, 83,4% dos professores afirmaram que se sentiam nada ou pouco preparados para ensinar de forma remota, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Península (2020).

A suspensão das aulas presenciais traz **prejuízos enormes à aprendizagem e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, sobretudo daqueles em situação de pobreza e vulnerabilidade.** Os impactos na aprendizagem, embora não sejam fáceis de mensurar, são apontados em alguns estudos. Cooper (2003), Alexander et al. (2007), Kim & Quinn (2013) e Atteberry & McEachin (2016) trazem lições do passado que

⁵ Para informações sobre as ações desenvolvidas pelas redes estaduais, consultar: <https://consed.info/>

⁶ Conforme pesquisa "TIC Domicílios 2019", do Cetic.

demonstram que longos períodos sem aulas ou atividades pedagógicas prejudicam a aprendizagem, especialmente de estudantes mais vulneráveis.

Os estudos sobre os efeitos da pandemia de Covid-19 na Educação, realizados em diversos países, evidenciam perdas significativas de aprendizagem, mesmo com a adoção do ensino remoto (Azevedo et al., 2020; Engzell, Frey & Verhagen, 2020; Maldonado & De Witte, 2020; Souza et al., 2020; Yarrow, Masood & Afkar, 2020), prejuízos no desenvolvimento infantil (López Bóo, Behrman & Vazquez, 2020; Núcleo Ciência Pela Infância, 2020), redução dos anos de escolaridade (Azevedo et al., 2020), aumento da evasão escolar (Azevedo et al., 2020; Neidhöfer, Lustig & Tommasi, 2020), perdas de rendimento futuro (Azevedo et al., 2020; Yarrow, Masood & Afkar, 2020) e queda na produtividade e no Produto Interno Bruto (PIB) dos países no longo prazo (Hanushek & Woessmann, 2020; Psacharopoulos et al., 2020) (ver figura 1).

Uma simulação feita com dados do Brasil estima que os alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental deixarão de aprender o equivalente a 1,8 ponto na escala Saeb em Língua Portuguesa e 1,5 ponto em Matemática, em um cenário otimista. Já no cenário pessimista, a perda de aprendizagem será de 9,5 pontos em Língua Portuguesa e 7,9 em Matemática. No Ensino Médio, a estimativa é que, no cenário otimista, os alunos deixarão de aprender o equivalente a 1,3 ponto em Língua Portuguesa e 1 ponto em Matemática. No cenário pessimista, a perda de aprendizagem seria de 6,3 pontos em Língua Portuguesa e 5,1 pontos em Matemática. No cenário pessimista, **o aprendizado não realizado em 2020 seria superior à evolução de proficiência do Saeb observada nos últimos quatro anos**, tanto em Matemática como em Língua Portuguesa. Em outras palavras, a perda de aprendizagem poderá ser equivalente a quatro anos de aprendizagem. O fechamento das escolas em função da pandemia de Covid-19 poderá levar a uma perda de aprendizagem de até 72% (cenário pessimista) de um ano típico tanto nos Anos Finais do Ensino Fundamental como no Ensino Médio (Souza et al., 2020). O estudo também estima os diferentes impactos em Estados e regiões do País, mostrando que as desigualdades educacionais serão ampliadas.

Pesquisa feita por Neri e Osório (2020) calcula a redução do tempo dedicado aos estudos no Brasil durante a pandemia. Os pesquisadores analisaram o tempo médio dedicado à escola por estudantes brasileiros, em agosto de 2020, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Covid-19. O tempo médio dedicado aos estudos foi de 2,20 horas por dia para os estudantes de 6 a 9 anos, de 2,48 para os de 10 a 14 anos e de 1,96 hora para os de 15 a 19 anos, uma redução média de 1,8, 1,52 e 2,04 horas, respectivamente, considerando a carga horária mínima obrigatória de quatro horas, estabelecida na legislação.

A análise por estrato de renda mostra que quanto mais pobre

é o indivíduo, menor é a quantidade de materiais recebidos e de tempo dedicado aos estudos. Entre os estudantes de 6 a 15 anos, o tempo diário dedicado à escola por aqueles da classe A e B é de 3,19 horas, enquanto os das classes C, D e E é de 2,37, 2,18 e 2,04 horas, respectivamente. Apenas 2,9% dos alunos mais ricos entre 6 e 15 anos não receberam qualquer atividade, enquanto esse percentual chega a 21,1% entre os alunos mais pobres. Na média geral, 13,5% dos estudantes de 6 a 15 anos não receberam materiais de professores e gestores educacionais. Os autores concluem que as desigualdades de oportunidades e de resultados educacionais aumentará durante a pandemia, tanto dentro de cada região como entre regiões, ampliando as desigualdades regionais. As principais consequências são a perda de crescimento e de equidade no desenvolvimento de capital humano, com efeitos negativos para o País no longo prazo (Neri & Osório, 2020).

Um estudo divulgado recentemente por pesquisadores da Universidade de Tulane, nos Estados Unidos, estima que, em função dos impactos do fechamento prolongado das escolas, a probabilidade média de os estudantes da América Latina completarem o Ensino Médio deve cair de 56% para 42%. No Brasil, o estudo prevê que a queda será a mais acentuada dentre os países latino-americanos: 23 pontos percentuais (p.p.) – sendo que o declínio chega a 32 p.p. entre os alunos brasileiros filhos de famílias de baixa escolaridade (Neidhöfer, Lustig & Tommasi, 2020).

Um ponto comum a todos os estudos mencionados acima é o aumento das desigualdades educacionais, dado que os estudantes em situação de vulnerabilidade serão os mais afetados. No Brasil, a desigualdade educacional, que já era muito grande, foi ampliada com a pandemia.

Pesquisas de percepção realizadas no Brasil, com professores, estudantes e suas famílias, reforçam os desafios esboçados acima. Na quarta fase da pesquisa “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil”, realizada pelo Instituto Península, entre 16 e 26 de novembro, com 2.961 professores em uma amostra representativa de todo o Brasil, 60% acreditam que os alunos não evoluíram no aprendizado em 2020 e 91% acham que haverá um aumento da desigualdade educacional entre os alunos mais pobres. Na terceira fase da pesquisa, realizada entre 20 de julho e 14 de agosto, os principais desafios do ensino remoto na visão dos professores eram: a falta de infraestrutura e conectividade dos alunos (79%) e a dificuldade de manter os alunos engajados (64%).

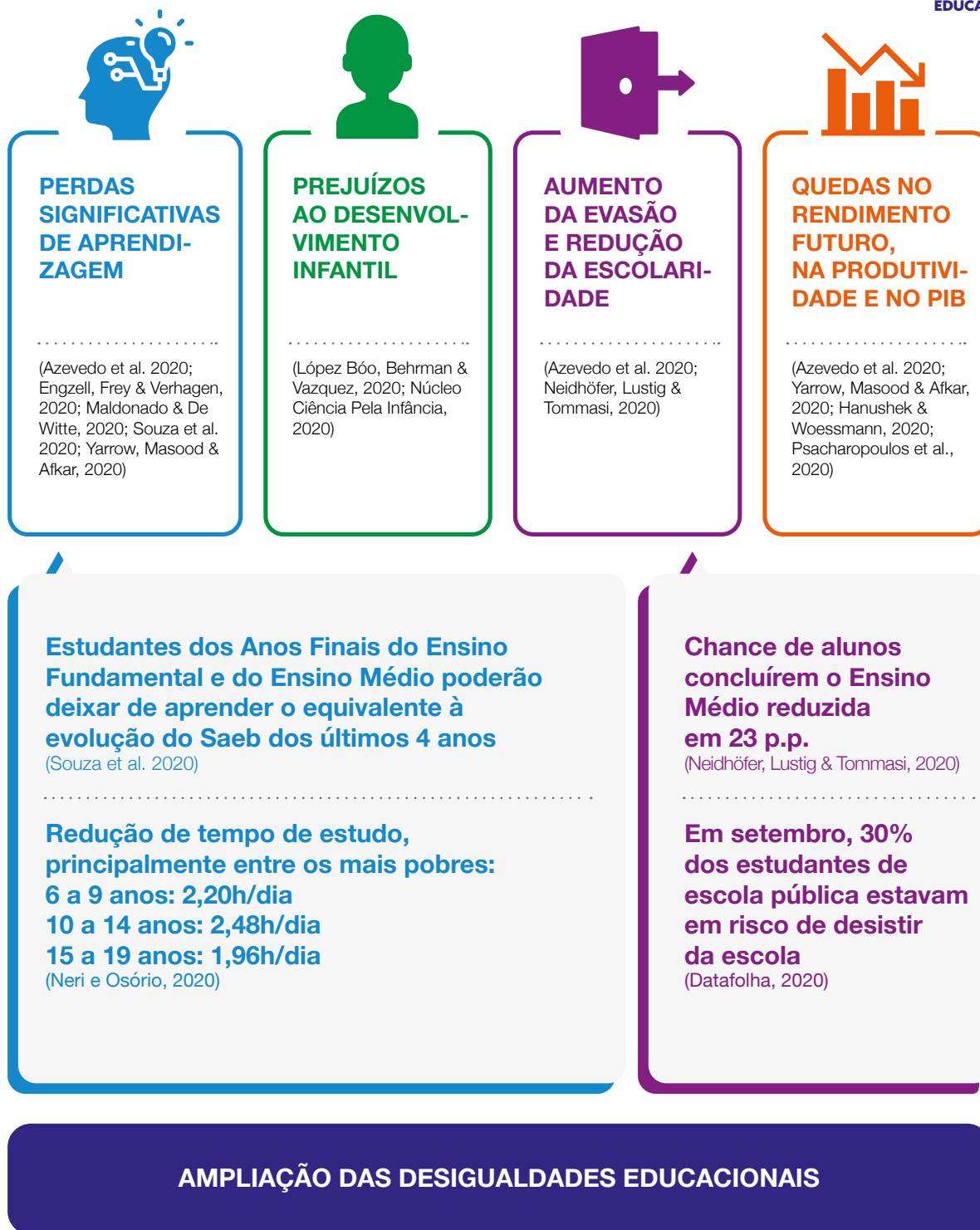
De acordo com o “Panorama da Educação Pública na pandemia sob o ponto de vista dos pais e responsáveis e dos seus estudantes”, realizado pela Fundação Lemann, Itaú Social e Imaginable Futures em parceria com o Datafolha, entre 7 e 15 de julho de 2020, com 1.056 pais ou responsáveis por 1.556 alunos de escolas públicas, para 77% deles, os estudantes estão tristes, ansiosos, irritados ou sobrecarregados na pandemia.

Com relação ao percentual de alunos que receberam atividades remotas, em junho, foi de 74%, subindo para 82%, em julho, e 92%, em setembro. Em setembro, 30% dos estudantes que receberam algum tipo de atividade em casa estavam em risco de desistir da escola. Em julho, esse percentual era de 35%.

Em pesquisa realizada pelo Unicef/Ibope (2020), na qual foram entrevistadas 1.516 pessoas distribuídas nas cinco regiões do País, entre 3 e 18 de julho, evidencia-se o aumento das desigualdades educacionais. Dos entrevistados estudantes de escola particular, 94% relataram que realizaram as atividades remotas, enquanto entre os de escola pública o percentual foi de 89%, cinco pontos percentuais (p.p.) a menos. Já o percentual de estudantes que receberam atividades nos cinco dias da semana por classe social, nas classes A e B foi de 83% e 69%, respectivamente, enquanto nas classes C e DE foi de apenas 58% e 54%, respectivamente. Entre os estudantes que levam mais de cinco horas por dia em atividades escolares, 30% são da classe A, 13% da classe B e apenas 10% e 3% são, respectivamente, das classes C e DE.

A pandemia de Covid-19 não só impactou o cotidiano das redes de ensino, dos estudantes, de suas famílias, professores e demais profissionais da Educação, mas também o andamento de políticas importantes para a Educação Básica (destacadas como prioridades da agenda estruturante do Educação Já!). Os gestores educacionais e os sistemas de ensino canalizaram seus esforços na oferta do ensino remoto e em diversos outros desafios trazidos pela pandemia. Apesar disso, houve alguns avanços importantes para a Educação Básica Pública brasileira em 2020. A seção seguinte apresenta um balanço do andamento das prioridades do Educação Já! no ano que passou.

Figura 1: Os principais impactos do fechamento prolongado das escolas



Fonte: Todos Pela Educação



3. BALANÇO 2020 DA AGENDA DO EDUCAÇÃO JÁ!

3.1. ACOMPANHAMENTO DAS 7 PRIORIDADES DO EDUCAÇÃO JÁ!

Governança e Gestão

A governança nacional de uma política para a Educação Básica pactuada com Estados e Municípios é central para a melhoria da qualidade da Educação e a redução de desigualdades educacionais. Em 2020, em função dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, ficou evidente a sua importância e, sobretudo, a sua ausência.

Considerando o conjunto de medidas específicas defendidas pelo Educação Já! no âmbito desta temática, não houve avanços significativos em termos de coordenação nacional e de redesenho da governança entre União, Estados e Municípios⁷, em 2020. As discussões de regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE)⁸ não avançaram, tampouco houve aprimoramentos na gestão do MEC como órgão responsável pela coordenação nacional da Educação.

Mesmo diante de um cenário geral de estagnação da reestruturação das regras de governança e melhoria de gestão, é importante ressaltar:

- # O Projeto de Lei Complementar nº 235/2019, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e que tramita no Senado, recebeu parecer do senador Dário Berger (MDB/SC) favorável com substitutivo, na Comissão de Educação e Cultura;
- # O papel estratégico do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) na articulação e pactuação em torno de temas nacionais, como o Fundeb e a implementação da BNCC e do Ensino Médio;
- # O desenho de programas de alfabetização em regime de colaboração entre Estados e Municípios, nas seguintes unidades federativas: Maranhão, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Goiás e Piauí (tema que será abordado posteriormente, na prioridade referente ao tema).

⁷ Com relação aos Municípios, o Todos Pela Educação lançou, em 2020, o documento e a plataforma de propostas “Educação Já Municípios”, disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/educacao-ja-municipios-documento/>

⁸ Há três projetos de lei de regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE), de iniciativa do Legislativo, tramitando no Congresso Nacional. O PLP 25/2019, de autoria da Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), está aguardando a apresentação do parecer do deputado Idilvan Alencar (PDT/CE), na Comissão de Educação. O PLP 235/2019, do senador Flávio Arns (PODE/PR), aguarda a deliberação do parecer do senador Dário Berger (MDB/SC), favorável com substitutivo, na Comissão de Educação e Cultura. Há, ainda, o PLP 267/2020, sobre o mesmo tema, considerando as alterações da EC nº 108/2020, apresentado no final de 2020, pela deputada Rose Modesto (PSDB/MS).

Financiamento

Por mais que 2020 tenha sido um ano muito desafiador no financiamento da Educação nas redes de ensino do País (Todos Pela Educação & Instituto Unibanco, 2020), o Brasil obteve avanços significativos em sua estrutura de financiamento da Educação Básica, com a aprovação do Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O Fundeb tinha seu prazo de vigência até 2020, de modo que era urgente sua renovação⁹, a fim de evitar retrocessos e aumento de desigualdades. A aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 108/2020 pelo Congresso representa um novo capítulo de maior cooperação federativa e de equidade na Educação brasileira.

Os principais destaques de 2020 da prioridade “Financiamento mais redistributivo e indutor de qualidade” são:

Aprovação da EC nº 108, de 26/08/2020, que torna o **Fundeb permanente e mais redistributivo**, com avanços em instrumentos para a equidade e a qualidade do ensino (ver figura 2).

Aumento da complementação da União de 10% para, no mínimo, 23% até 2026, sendo 10% vinculados ao Valor Anual por Aluno (VAAF), 10,5% ao Valor Aluno Ano Total (VAAT) e 2,5% baseado na melhoria dos resultados educacionais por meio do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR);

A mudança na lógica de redistribuição de recursos do Novo Fundeb orientada pelo Valor Aluno Ano Total (VAAT) foi uma vitória contra a desigualdade. O mecanismo garante que o referencial para a redistribuição de recursos federais leve em conta a quantidade total de verbas dedicadas à Educação nos Municípios ou Estados, garantindo que localidades com menores recursos fora do Fundeb recebam mais dinheiro;

No mínimo, 10% da cota-parte do ICMS dos Municípios deve, obrigatoriamente, passar a ser distribuído com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos. Os Estados terão dois anos, a partir da data da aprovação da EC nº 108/2020, para aprovar lei estadual nesses termos. Trata-se de um mecanismo de indução financeira para a melhoria dos resultados de aprendizagem, já testado e validado por meio da experiência exitosa do Estado do Ceará (ver Abrucio, Segatto & Pereira, 2016; Loureiro et al., 2020).

Aprovação da Lei Federal nº 14.113, de 25/12/2020, que regulamenta o Novo Fundeb.

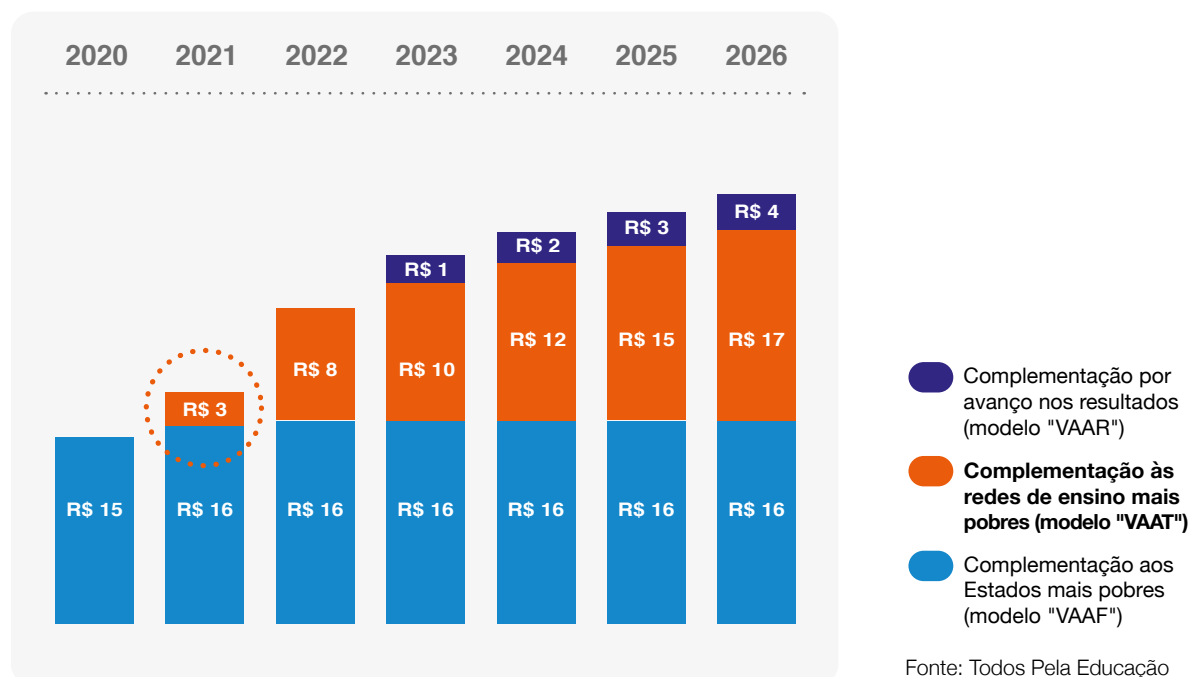
⁹ A Proposta de Emenda Constitucional nº 15/2015, de iniciativa da deputada Dorinha, estava tramitando desde 2015.

Figura 2: O que muda com o Novo Fundeb?

1. O Novo Fundeb será maior, com o Governo Federal mais que dobrando sua participação. Mas a principal novidade é que o aumento da complementação será voltado para as redes de ensino mais pobres, independentemente do Estado de origem.

R\$ 3 BILHÕES A MAIS EM 2021

Projeção da evolução de cada tipo de complementação da União ao Novo Fundeb (em R\$ bilhões)



O RECURSO DA UNIÃO PARA QUEM MAIS PRECISA

COMO FUNCIONA HOJE



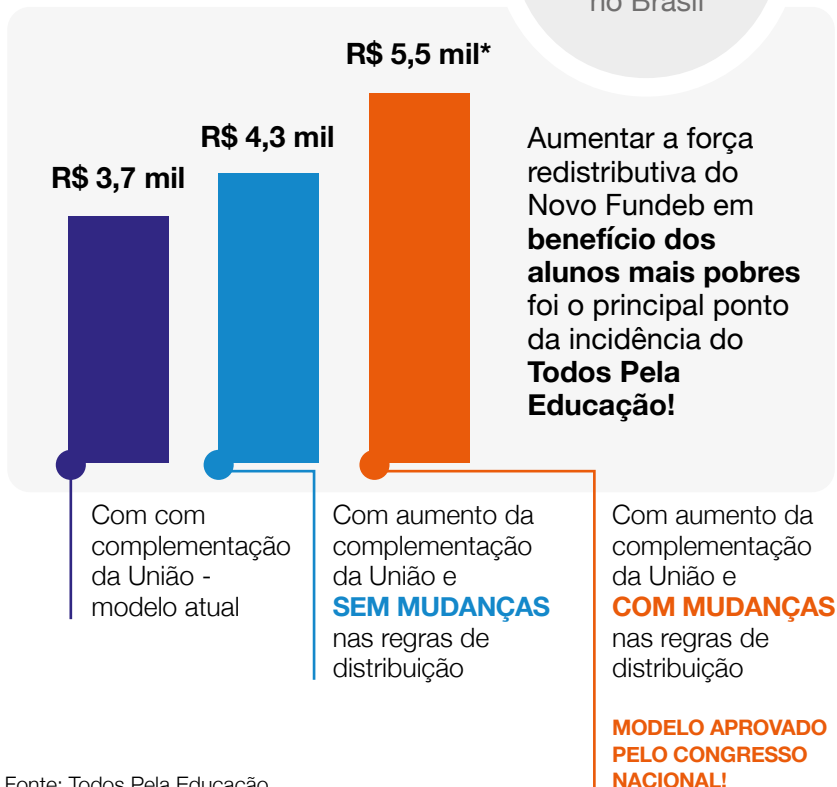
1. Observando o total de recursos vinculados à Educação
2. Independentemente do Estado de origem

2. A distribuição dentro de cada Estado também será mais redistributiva. O resultado disso? O patamar mínimo de investimento por aluno/ano no Brasil sairá de R\$ 3,7 mil para R\$ 5,5 mil, reduzindo o subfinanciamento crítico na Educação.

NOVO FUNDEB MAIOR E MAIS REDISTRIBUTIVO APROVADO!

Mas o que significa “mais redistributivo”?

Patamar mínimo de investimento por aluno/ano no Brasil



Fonte: Todos Pela Educação

INOVAÇÕES PARA INCENTIVAR MELHORIAS DE APRENDIZAGEM E PROMOVER MAIOR EFICÁCIA DO GASTO

3. A EC nº 108/2020 também avançou na indução de melhorias de gestão.



REDEFINE AS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DO ICMS

Incentiva que mais Estados repliquem o mecanismo do “ICMS-Educação” do Ceará, induzindo o compromisso político com a melhoria da Educação!



INDUÇÃO PARA MELHORIA DA QUALIDADE

Destina 2,5 pontos percentuais da complementação da União às redes de ensino que tiverem melhoria dos seus indicadores de atendimento e aprendizagem.



ESTIMULA O APRIMORAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS

Prevê a revisão das regras no ano de 2026 e do fortalecimento de sistemas de monitoramento e avaliação das despesas educacionais.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma agenda central para impulsionar a melhoria dos resultados de aprendizagem para todas as crianças e adolescentes. O ano de 2020 trouxe grandes desafios para sua implementação, mas, ainda assim, houve avanços importantes, principalmente devido ao engajamento dos Estados, Municípios e Conselhos Municipais e Estaduais de Educação. Há grandes desigualdades entre as redes públicas e um longo caminho a ser percorrido para que, de fato, a BNCC seja efetivamente implementada nas salas de aula de todo o Brasil.

Os principais destaques da prioridade “Efetivação da BNCC nas redes de ensino” são:

636 Municípios com currículos alinhados à BNCC homologados em 2020, totalizando 4.523 Municípios (81%). Mais de 1.000 Municípios seguem atrasados, embora muitos estejam com currículos em construção ou com processo iniciado¹⁰ (ver figura 3);

Formação de multiplicadores e professores. Até março de 2020, 70% dos Municípios receberam formação, 509 mil (30%) professores iniciaram e 325 mil finalizaram uma formação introdutória aos currículos alinhados à BNCC;

Publicação do **edital complementar nº 1/2020, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) - Ensino Médio 2021**, para aquisição de Recursos Educacionais Digitais (REDs) destinados aos estudantes e professores das escolas do Ensino Médio da Educação Básica Pública. Os materiais deverão ser disponibilizados para as redes públicas em 2022;

Publicação do **edital nº 2/2020 - PNLD 2022 - Educação Infantil**, que dispõe sobre os critérios de avaliação das obras pedagógicas e literárias para a Educação Infantil;

Publicação do **edital nº 3/2020 - PNLD 2023** para aquisição de obras didáticas e literárias destinadas aos estudantes, professores e gestores do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais das escolas da Educação Básica Pública. A minuta conta com o modelo híbrido, composto por livros impressos e digitais;

Publicação da **Portaria nº 458, de 05/05/2020**, que institui normas para a implementação da **Política Nacional de Avaliação da Educação Básica**. As principais mudanças instituídas são: a inclusão da Educação Infantil (inciso I do art. 4º); o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) será realizado anualmente de forma censitária (art. 8); e a avaliação anual da Educação Básica abrangerá, quando couber, todas as áreas de formação em todos os anos letivos (inciso VII do art. 9º). A portaria indica a BNCC como referência para alinhamentos das avaliações nacionais. Contudo, não há clareza de quais são as bases técnicas (financeiras, operacionais e pedagógicas) que subsidiam as propostas de mudanças no Saeb, tampouco de como as avaliações irão mensurar as aprendizagens mais complexas previstas na BNCC. O cronograma de implementação do Novo Saeb ainda não foi divulgado. É importante destacar que há diálogo entre o Inep, o Consed e a Undime nesse tema.

¹⁰ Mais informações em:
[https://observatorio.
movimentopelabase.org.
br/indicadores-curriculos-
de-ei-ef/](https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-curriculos-de-ei-ef/)

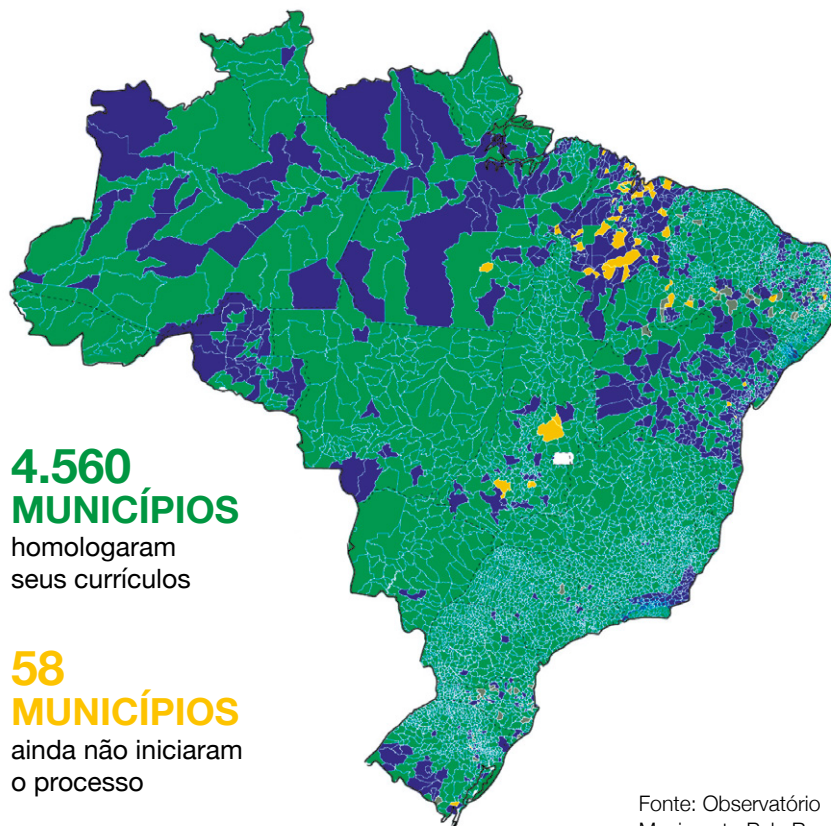
Figura 3: Panorama nacional da homologação dos currículos alinhados à BNCC



PANORAMA DOS MUNICÍPIOS NA HOMOLOGAÇÃO DOS CURRÍCULOS MUNICIPAIS ALINHADOS À BNCC

QUAL É A SITUAÇÃO DOS CURRÍCULOS MUNICIPAIS:

-  Homologado
-  Em construção
-  Não iniciado
-  Sem informação



Fonte: Observatório
Movimento Pela Base

Professores

O Brasil ainda carece de políticas e estratégias robustas e sistêmicas para a valorização e a profissionalização docente. Isso tanto a nível nacional como nos entes subnacionais. Apesar da importante homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em 2019, não houve nenhum avanço no sentido de efetivar sua implementação, especialmente com a alteração do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). No entanto, em 2020, foram dados alguns passos importantes para as políticas docentes do País.

Os principais destaques da prioridade “Profissionalização da carreira e formação docente” são:

Homologação das novas **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)** e da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (**BNC-Formação Continuada**), por meio da **Resolução CNE/CP nº 1, de 27/10/2020**. As novas DCNs deverão orientar a formação continuada de professores que atuam na Educação Básica. A BNC-Formação Continuada descreve as competências profissionais que os docentes devem desenvolver. Deles, será exigido sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos. A BNC-Formação Continuada tem três dimensões que se integram e se complementam na ação docente: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional;

Grupo de Trabalho (GT) de Formação Continuada, no âmbito do Consed, formado por técnicos e lideranças das áreas de formação continuada de 10 secretarias estaduais: Acre, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima, Santa Catarina e São Paulo. O objetivo central do GT é apoiar o desenho dos planos de formação estaduais com base nos referenciais de atuação docente;

Grupo de Trabalho de Carreiras Docentes Consed/Consad, formado por técnicos de secretarias estaduais de Educação e de Administração para criação de diretrizes para as carreiras docentes. Participam do GT os Estados de Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. O GT tem como objetivo produzir diretrizes gerais para a carreira docente que promovam a atratividade e o desenvolvimento profissional, com o foco na garantia de aprendizagem dos estudantes e que sejam fiscalmente sustentáveis;

O MEC começou a construir a Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar¹¹. Foi solicitada ao Consed e à Undime a indicação de vinte diretores de escolas (sendo quatro diretores de cada uma das regiões do País) e vinte representantes dos secretários de Educação (sendo quatro secretários de cada uma das regiões do País) para participarem das reuniões técnicas de revisão do texto preliminar da Matriz.

¹¹ Mais informações em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-comeca-a-elaborar-matriz-nacional-comum-de-competencias-do-diretor-escolar>

Primeira Infância

As políticas de Primeira Infância foram muito afetadas pela pandemia, especialmente a Educação Infantil, em função dos desafios do uso do ensino remoto para crianças de 0 a 6 anos e a importância da interação nos processos de desenvolvimento infantil. O principal destaque desta prioridade foi a ampliação do financiamento da Educação Infantil, no âmbito do Novo Fundeb.

Já com relação ao Programa Criança Feliz¹², em setembro, houve uma ameaça de corte nos recursos do programa, o que impediria a sua execução até o final do ano, mas foi revertido após a repercussão dada por parlamentares, associações municipalistas e instituições que atuam na defesa da Primeira Infância. O orçamento do programa, que, em 2020, foi de R\$ 485 milhões, diminuiu para R\$ 448 milhões no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2021: uma redução de R\$ 37 milhões, o que poderá ser um desafio para a sua continuidade e a ampliação do atendimento a mais famílias e para o conveniamento de novos Municípios.

Os principais destaques nacionais da prioridade “Primeira infância como agenda intersetorial” são:

Aprovação do Novo Fundeb com ampliação da **complementação da União por meio do VAAT com destinação de 50% dos recursos para a Educação Infantil**;

O Ministério da Cidadania elaborou **diretrizes, no âmbito do Programa Criança Feliz, para o atendimento remoto de gestantes e o acompanhamento do desenvolvimento de crianças**, trazendo orientações quanto ao atendimento via WhatsApp, ao envio de atividades, ao acompanhamento das famílias e ao suporte às gestantes e às crianças durante a pandemia de Covid-19.

Alfabetização

As experiências de alfabetização em regime de colaboração entre Estado e Municípios têm se disseminado pelo território nacional, inspiradas pelo modelo exitoso do Ceará¹³. Mesmo com os desafios trazidos pela pandemia de Covid-19, os governos subnacionais seguiram avançando.

Em nível nacional, o MEC está executando a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Contudo, mesmo com o esforço da criação do GT sobre o programa Tempo de Aprender com o Consed e a Undime, ainda é necessário um maior diálogo e articulação com as políticas já implementadas por Estados e Municípios.

Os principais destaques da prioridade “Alfabetização em regime de colaboração” são:

O MEC lançou o programa **Conta pra Mim**¹⁴, por meio da Portaria nº 421, de 23/04/2020, no âmbito da Política Nacional de Alfabetização (PNA). O objetivo do programa é promover a literacia familiar, ao longo da Primeira Infância;

¹² Para conhecer mais detalhes do programa, consultar: <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/conheca-o-programa>

¹³ No Ceará, 99% dos Municípios atingiram as metas do Ideb do Ensino Fundamental Anos Iniciais, em 2019. O Estado do Ceará possui as maiores notas em Língua Portuguesa e Matemática no Saeb 2019 do 2º ano do Ensino Fundamental.

¹⁴ Mais informações em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>

¹⁵ <http://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>

Programa Tempo de Aprender¹⁵, instituído no âmbito da PNA, por meio da **Portaria nº 280, de 19/02/2020**. Destinado à Pré-Escola e ao 1º e 2º anos do Ensino Fundamental das redes públicas. O programa é dividido em quatro eixos: 1) Apoio pedagógico para a alfabetização; 2) Aprimoramento das avaliações da alfabetização; 3) Formação continuada de profissionais da alfabetização; e 4) Valorização dos profissionais de alfabetização. O programa conta com a adesão de 20 redes estaduais e mais de 4.300 Municípios, em todos os Estados. Tanto a PNA como o programa Tempo de Aprender reconhecem a BNCC como referência pedagógica e, conforme já indicado pelo Todos Pela Educação no balanço de 2019, a iniciativa introduz relevantes marcos conceituais advindos das pesquisas mais recentes sobre alfabetização, literacia e numeracia. No entanto, ainda não há um desenho claro sobre como a PNA pretende se materializar enquanto política pública efetiva e sobre como seus esforços se articulam com os já existentes nos Estados e Municípios;

O MEC criou um Grupo de Trabalho com a participação do Consed e Undime, por meio da **Portaria nº 518, de 08/06/2020**, que tem como objetivo elaborar propostas de normativos específicos para a implementação do programa Tempo de Aprender;

Desenho de **programas estaduais de alfabetização em regime de colaboração entre Estado e Municípios em mais cinco unidades federativas**, seguindo o modelo cearense: Maranhão, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Goiás e Piauí, totalizando 10 Estados com programas dessa natureza, incluindo o Ceará (ver figura 4);

O Estado de Sergipe regulamentou o programa Alfabetizar para Valor¹⁶, por meio do Decreto nº 40.522/2020 e da **Portaria nº 485/2020**, assim como o ICMS Social¹⁷, por meio do Decreto nº 40.540/2020, definindo critérios para a apuração dos dados, dos indicadores e dos coeficientes, e o Prêmio Escola Destaque, por meio do Decreto nº 40.522/2020;

O Estado de Pernambuco regulamentou o Prêmio Escola Destaque, o apoio por meio de contribuições financeiras e a concessão de bolsas de pesquisa e de extensão, no âmbito do **Programa Criança Alfabetizada**¹⁸, por meio do **Decreto nº 49.445/2020**, e publicou as regras e condições do Prêmio Escola Destaque - edição 2020, por meio da **Portaria nº 3.001/2020**;

O Estado de Alagoas instituiu os procedimentos para a seleção de docentes das redes municipais de ensino para atuar como bolsista do Programa Escola 10, exercendo a função de Articulador de Ensino nas Secretarias Municipais da Educação e nas Escolas das Redes Municipais, por meio da **Portaria nº 2.996/2020**;

O Estado do Espírito Santo aprovou a **Lei nº 11.227/2020**, que dispõe sobre a distribuição da cota-parte do ICMS aos Municípios, incluindo indicadores educacionais.

¹⁶ Instituído pela Lei nº 8.597/19.

¹⁷ Instituído pela Lei nº 8.628/19.

¹⁸ Instituído pela Lei nº 16.617/19.

Figura 4: Estados com programas de alfabetização em regime de colaboração, inspirados no modelo do Ceará



Fonte: Instituto Natura

Ensino Médio

Apesar dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, as redes públicas estaduais têm avançado na implementação do Novo Ensino Médio, ainda que com ritmos diferentes. Em 2020, o Consed, na ausência do MEC, realizou esforços de coordenação nacional e de suporte aos Estados.

Os principais destaques da prioridade “Nova proposta de escola de Ensino Médio” são:

Adequação dos currículos de referência à BNCC e ao novo marco legal do Ensino Médio. Apenas um Estado já tem currículo de referência homologado: São Paulo. Outros três currículos - do Distrito Federal, Mato Grosso e Paraíba - foram aprovados pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação (CEEs) e aguardavam homologação. Treze Estados enviaram seus documentos para

apreciação dos CEEs: Acre, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe. Três Estados finalizaram o ano com consultas públicas em andamento ou concluídas (Alagoas, Ceará e Tocantins), enquanto outros sete ainda estavam no processo de elaboração de seus documentos (Bahia, Maranhão, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia), sem colocá-los em consulta¹⁹ (ver figura 5). O planejamento inicial da implementação do Novo Ensino Médio, anterior à pandemia, previa que todos os Estados deveriam ter seus currículos homologados até 2020;

Continuidade do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) do Ensino Médio e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Novo Ensino Médio. Houve liberação de recursos somente para o pagamento das bolsas das equipes redatoras dos currículos de referência - total de 5.362 bolsas em 2020, em todos os Estados, em um investimento de aproximadamente R\$ 5,9 milhões por parte do MEC, no âmbito do ProBNCC. No caso do PDDE Novo Ensino Médio, que apoia a implementação de escolas-piloto, a terceira - e última - parcela foi paga apenas no final do ano; ao todo, cerca de 3.800 escolas receberam recursos, em um investimento total de quase R\$ 155 milhões;

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou e o MEC homologou a reanálise do **Parecer CNE/CP nº 7, de 19/05/2020**, que trata das **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica** e do Projeto de Resolução a ele anexo. Foi fundamental a atualização desse normativo para adequar a oferta da Educação Profissional Técnica ao Novo Ensino Médio, conforme normatizado pela Lei Federal nº 13.415/2017;

Instituição da Comissão de Assessoramento Técnico-Pedagógico para a Avaliação do Novo Ensino Médio, da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) do Inep, por meio da **Portaria nº 533, de 15/09/2020**. O avanço na elaboração e na aprovação dos currículos estaduais de referência pressionou o Inep a avançar nos debates sobre a adequação do Saeb à BNCC e ao Novo Ensino Médio;

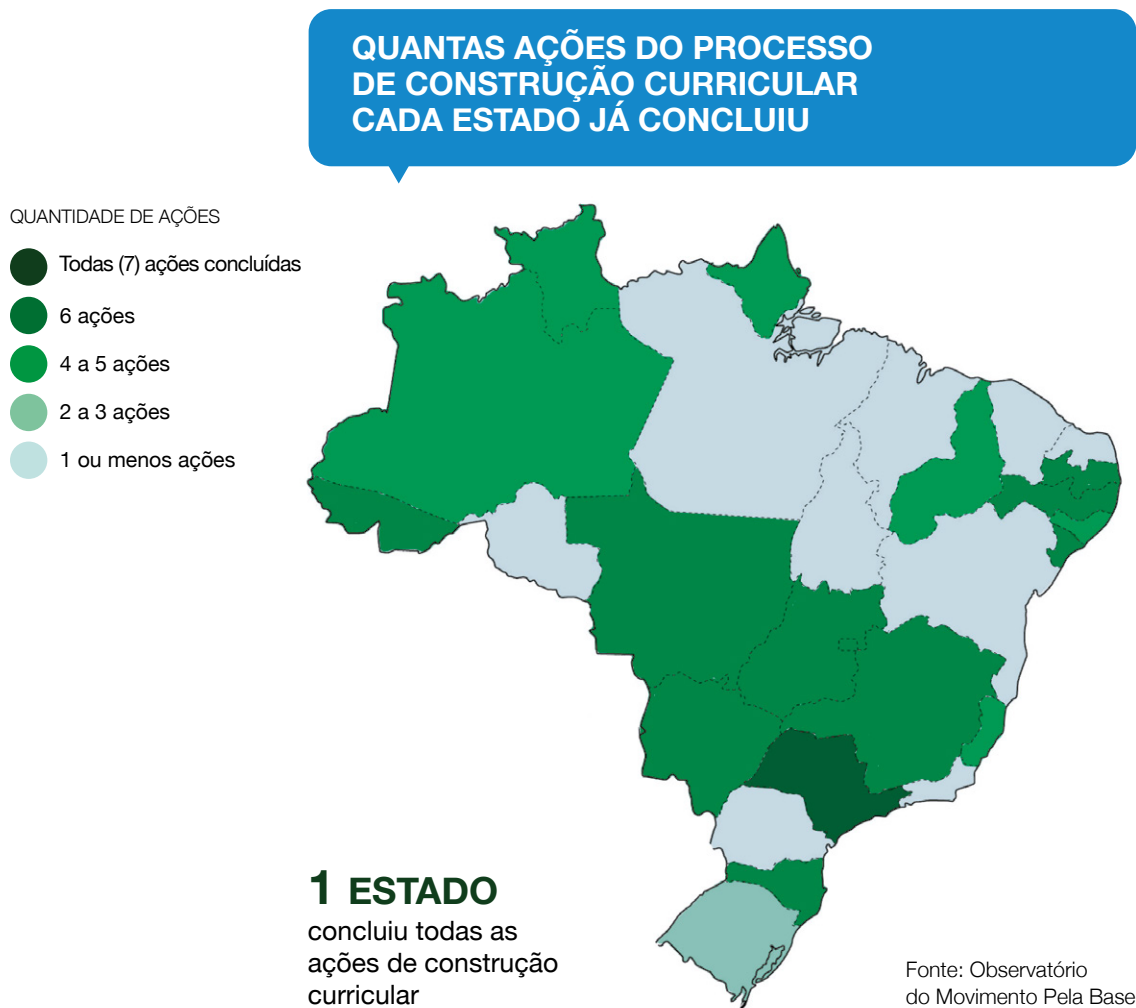
842 novas escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) implementadas em 2020²⁰. Vale destacar os Estados de Minas Gerais e de São Paulo, que implementaram, respectivamente, 195 e 207 novas escolas em 2020. Com relação ao número total de matrículas de EMTI das redes estaduais, em 2020, foram 811.282²¹ (ver figura 6), um crescimento de 22% em relação ao ano de 2019 (665.070). Apesar disso, cabe destacar como ponto negativo que, pela primeira vez, desde a implementação do Programa de Fomento ao EMTI em 2016, o MEC não publicou, em 2020, portaria com previsão de recursos para a conversão de novas escolas ao modelo integral para o ano de 2021.

¹⁹ Mais informações em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-novo-ensino-medio-curriculo/>

²⁰ Número obtido conforme levantamento com os Estados apoiados pelo Instituto Natura e Instituto Sonho Grande, além da divulgação do Ministério da Educação (MEC).

²¹ Conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2020.

Figura 5: Panorama nacional da homologação dos currículos do Ensino Médio alinhados à BNCC



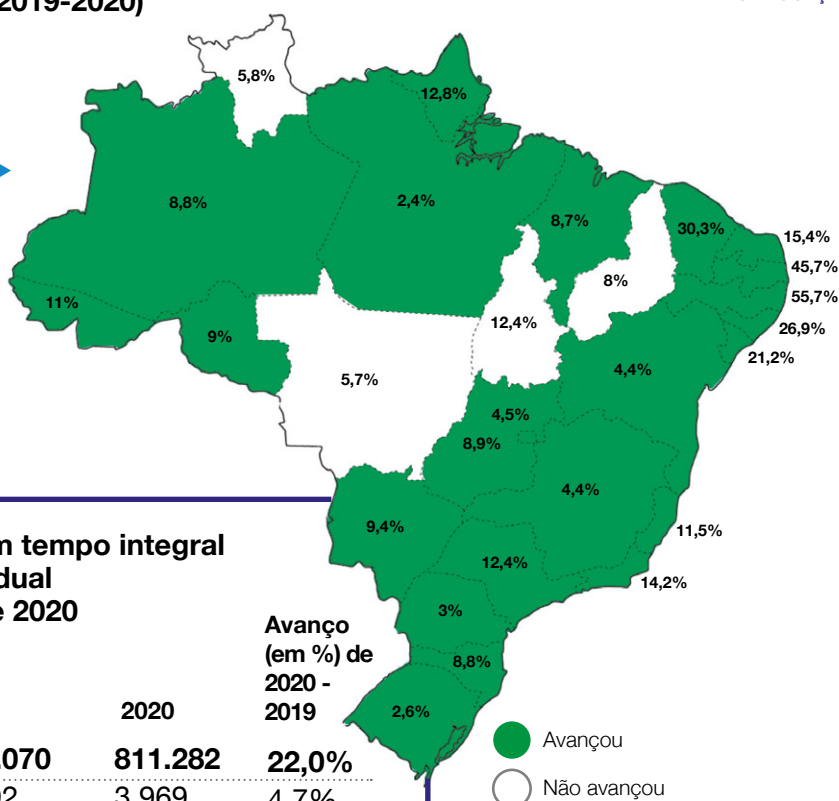
Em resumo, **o ano de 2020 trouxe muitos desafios para o avanço da agenda estruturante do Educação Já!** Diversas medidas e ações planejadas não foram realizadas devido à pandemia de Covid-19 e as prioridades dos governos tiveram que ser revistas. Ainda assim, como o levantamento acima mostrou, **também houve avanços importantes em algumas pautas, empreendidos, especialmente, pelos governos subnacionais e o Poder Legislativo.**

A pandemia de Covid-19 impactou o trabalho realizado pelas secretarias, requerendo ainda mais articulação entre os diferentes entes. Nesse sentido, a ausência de instâncias formais de pactuação – um dos elementos defendidos pelo Todos Pela Educação e pelo Educação Já! no âmbito do Sistema Nacional de Educação – levou a tomadas de decisão isoladas pelas redes de ensino, não permitindo otimização de esforços e tampouco o compartilhamento sistemático de conhecimentos e estratégias diante de um cenário de crise sem precedentes. Como resultado, Estados e Municípios, sem o apoio e a coordenação direta da União, tiveram dificuldades para formular e implementar medidas para mitigar os impactos e as desigualdades geradas pela pandemia.

A pandemia também acentuou a crise fiscal vivida pelos Estados e Municípios, com impactos nos orçamentos dos governos

Figura 6: Matrículas de Ensino Médio em Tempo Integral nas redes estaduais e sua porcentagem em relação ao total, por Unidades da Federação (2019-2020)

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MATRÍCULAS DA ETAPA



Número de matrículas em tempo integral em escolas da rede estadual do Ensino Médio - 2019 e 2020

Por Unidade da Federação

UF	2019	2020	Avanço (em %) de 2020 - 2019
Brasil	665.070	811.282	22,0%
Acre	3.792	3.969	4,7%
Alagoas	12.223	25.443	108,2%
Amapá	2.428	3.493	43,9%
Amazonas	14.766	17.055	15,5%
Bahia	12.649	21.390	69,1%
Ceará	87.626	98.892	12,9%
Distrito Federal	2.088	3.767	80,4%
Espírito Santo	8.140	11.179	37,3%
Goiás	16.038	18.938	18,1%
Maranhão	16.227	22.308	37,5%
Mato Grosso	8.346	6.867	-17,7%
Mato Grosso do Sul	6.534	8.498	30,1%
Minas Gerais	2.643	27.999	959,4%
Pará	7.289	7.723	6,0%
Paraíba	36.709	50.467	37,5%
Paraná	9.012	10.791	19,7%
Pernambuco	154.908	167.083	7,9%
Piauí	28.220	19.141	-32,2%
Rio de Janeiro	53.922	65.010	20,6%
Rio Grande do Norte	13.861	14.925	7,7%
Rio Grande do Sul	6.622	7.298	10,2%
Rondônia	4.238	4.904	15,7%
Roraima	1.556	1.258	-19,2%
Santa Catarina	16.317	18.360	12,5%
São Paulo	121.155	153.762	26,9%
Sergipe	10.522	13.363	27,0%
Tocantins	7.239	7.399	2,2%

● Avançou
○ Não avançou

Fonte: MEC/Inep/DEED-Microdados do Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

subnacionais, incluindo os da Educação (Todos Pela Educação & Instituto Unibanco, 2020), sendo necessária a intervenção financeira da União que, por meio da Lei Federal nº 173, de 27/05/2020, instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) e alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Os governos subnacionais ficam impedidos, até 31/12/2021, de aumentar as despesas de pessoal, com exceções de alguns setores (Art. 8º).

Em função do agravamento da crise fiscal, novas políticas em fase de formulação, como as de valorização e profissionalização da carreira docente, abarcando estratégias de atratividade, melhoria da remuneração, formação e desenvolvimento profissional, foram interrompidas, como a do Estado de São Paulo. Até o final de 2021, nenhum ente subnacional poderá aumentar as despesas com pessoal em Educação, devido à vedação da Lei nº 173/2020.

De diferentes formas e intensidades, prioridades como a implementação da BNCC, do Novo Ensino Médio e da alfabetização em regime de colaboração desaceleraram em 2020 e, naturalmente, perderam protagonismo no debate público nacional, ainda que tenham avançado de forma mais consistente em alguns Estados e Municípios.

Embora a BNCC e os currículos tenham sido referenciais importantes para a oferta de aprendizagem remota na pandemia (CTE-IRB, Iede & Tribunais de Contas, 2020), a implementação da BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental foi afetada, seja no que concerne à formação continuada de professores ou à adequação dos materiais didáticos, seja na implementação efetiva dos novos currículos e no monitoramento, com uma grande desigualdade entre as redes estaduais e municipais. Fica claro, no balanço apresentado, que a implementação da BNCC seguiu evoluindo, mas ainda há um longo caminho a percorrer para que a Base saia do papel e se torne prática no cotidiano de todas as escolas públicas.

A agenda do Novo Ensino Médio, por sua vez, saiu do foco de algumas redes estaduais, apesar dos esforços da Frente de Currículo e Novo Ensino Médio do Consed e de avanços em Estados específicos, que seguiram com a construção de seus currículos. A atenção das secretarias estaduais ficou, em geral, voltada para a continuidade do atendimento educacional no contexto da pandemia. A implementação dos pilotos do novo modelo de Ensino Médio, em 2020, não foi possível em função da pandemia.

Com relação à alfabetização em regime de colaboração, mostrou-se que o número de Estados com programas estabelecidos em conjunto com os Municípios seguiu aumentando, embora sua implementação tenha sido afetada. Os Estados não puderam realizar avaliações externas, impactando tanto o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes como a realização das premiações das escolas e a implementação do repasse para 2021 da cota-parte do ICMS aos Municípios, vinculado aos indicadores educacionais.

As desigualdades educacionais entre regiões, redes e sistemas de ensino foram acentuadas, demonstrando a importância de uma coordenação nacional e os efeitos de sua ausência. A subseção seguinte explora esse elemento, analisando a atuação do Ministério da Educação em 2020.

3.2. A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

Oficialmente, o Ministério da Educação (MEC) tem o papel de coordenação da política nacional de Educação e de articulação dos diferentes níveis e sistemas de ensino, com função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais, sendo responsável por estabelecer diretrizes nacionais e dar assistência técnica e financeira aos governos subnacionais, conforme dispõe a Constituição Federal (inciso XXIV do art. 22 e art. 212) e a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (art. 8º e 9º).

Contudo, o que se constata na atual gestão do MEC é uma grave ausência de coordenação nacional, de liderança e de gestão. Observa-se a alta rotatividade nos cargos de alto escalão e em posições estratégicas e, sobretudo, a ausência de um projeto nacional para as políticas públicas da Educação Básica, que tenha o Plano Nacional de Educação como referência. Desde 2019, a pasta já teve três ministros²², quatro secretários de Educação Básica (houve quatro trocas em um ano e meio), dois secretários de Educação Técnica e Profissional (duas trocas em um ano e meio), três presidentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep (foram duas trocas nos primeiros quatro meses de governo) e três presidentes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (três trocas em um ano e meio).

A falta de liderança e de uma política educacional pactuada com os governos subnacionais se traduz em incapacidade de entrega. O último Relatório Bimestral da Execução Orçamentária do MEC, publicado pelo Todos Pela Educação, constatou que, em 2020, a pasta teve a pior execução orçamentária da década, executando um montante inferior ao pago no longínquo 2010. **No FNDE, autarquia que concentra 64% dos recursos da Educação Básica**, predominou-se o pagamento de despesas de exercícios anteriores, os Restos a Pagar, que consomem o limite de pagamentos (espaço financeiro) das despesas aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020. Ademais, a baixíssima execução das despesas discricionárias, ao longo do ano, levou o Ministério da Economia a enviar Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN) cancelando recursos da Educação Básica.

Ao todo, R\$ 1,4 bilhão foram cancelados, sendo R\$ 1,1 bilhão referente a despesas para Educação Básica. Os recursos foram destinados **ao orçamento de outras pastas**, como o Ministério

²² Aqui não foi considerado o nome do professor Carlos Alberto Decotelli, anunciado em junho de 2020, uma vez que ele não chegou a assumir o cargo oficialmente.

da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Regional, da Infraestrutura e de Minas e Energia. Em 11 de novembro de 2020, foi publicada a **Lei nº 14.077**, que confirmou o cancelamento de R\$ 707,1 milhões da ação “Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica”, R\$ 298,5 milhões da “Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para a Educação Básica” e R\$ 23,3 milhões da “Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica”. Posteriormente, por meio da **Lei nº 14.103**, de 19/11/2020, foram cancelados outros R\$ 110 milhões da ação “Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica”.

Após triplicar o montante pago em todo o ano apenas nos dois últimos dois meses do exercício, ao final de 2020, o MEC pagou 47% das despesas discricionárias da etapa, menos da metade do que havia sido planejado. Tais gastos incluem ações de apoio ao desenvolvimento da Educação Básica (Programas Ensino Médio em Tempo Integral, Educação Conectada etc.), aquisição de livros e materiais didáticos, exames e avaliações, concessão de bolsas de apoio à Educação Básica, veículos para o transporte escolar, Censo Escolar, infraestrutura, capacitação e formação, alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Todos Pela Educação, 2020a).

Enquanto várias redes de ensino públicas estaduais e municipais não dispunham de recursos suficientes para garantir a segurança alimentar dos alunos, prover equipamentos para os estudantes acompanharem as aulas remotas ou investir em plataformas digitais e ferramentas do ensino mediado por tecnologia durante a pandemia, o MEC amargou a pior execução orçamentária da década e ainda observou mais de R\$ 1,1 bilhão em recursos da Educação Básica sendo remanejados para outras pastas. Ademais, diante da iminente confirmação dos cortes e da pressão dos parlamentares da bancada da Educação, o líder do Governo no Congresso se comprometeu publicamente com a recomposição dos valores cancelados, o que não ocorreu.

Houve, ainda, **ausência de apoio financeiro do MEC às redes públicas para a realização das atividades educacionais remotas em contexto de pandemia**. O ministério apenas publicou um guia de implementação dos protocolos de retorno das atividades presenciais nas escolas em outubro (MEC, 2020) e instituiu o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Emergencial, por meio da **Resolução nº 16, de 07/10/2020**, para repasse de recursos às escolas para cumprimento dos protocolos sanitários. Ao final do exercício, a pasta transferiu R\$ 443 milhões diretamente às escolas, 65% do total remanejado para a ação dentro do orçamento existente do PDDE. Outros R\$ 228 milhões foram inscritos em Restos a Pagar (RAPs) e deverão ser quitados em 2021. Com relação ao Educação Conectada, até agosto, o MEC não havia pagado nenhum centavo dos R\$ 197 milhões previstos no orçamento de 2020 para aumentar a conectividade das escolas. Até o período, apenas despesas de RAP haviam sido pagas, cerca de R\$ 150 milhões (Todos Pela Educação, 2020a). Ao final do exercício, a pasta transferiu R\$ 140 milhões pertencentes ao orçamento de 2020 e R\$ 155 milhões em Restos a Pagar.

Para além da gravíssima submersão frente ao mais duro contexto enfrentado pela Educação Básica no passado recente, **a falta de uma liderança e de uma gestão adequada do MEC fez com que o ministério deixasse de executar programas estruturantes** já estabelecidos e herdados da gestão anterior e, com raras exceções, demonstrou, mais uma vez, não estar interessado a assumir o protagonismo em pautas nacionais essenciais para o País.

Um exemplo disso foi sua participação no avanço do Novo Fundeb, a mais relevante pauta de 2020 na Educação Básica. O Governo Federal teve não só uma atuação discreta como, por vezes, prejudicou e inflamou os debates e o avanço do tema. Foram raros os momentos em que o MEC contribuiu para aumentar o senso de urgência para a pauta que, caso não avançasse, teria repercussões catastróficas. As propostas que o Governo Federal apresentou para o Fundeb, sem qualquer diálogo prévio, também atrapalharam os momentos finais da tramitação e colocaram em risco sua aprovação. A instituição de um Novo Fundeb maior e mais redistributivo, pode-se dizer, ocorreu a despeito das autoridades políticas do Governo Federal.

Outro exemplo negativo foi o encerramento do ProBNCC para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em março de 2020. O programa contou com dois ciclos, cada um de um ano. O primeiro tinha como objetivo a (re)elaboração de referenciais curriculares alinhados à BNCC. O segundo focalizou ações de formação de professores para os novos currículos homologados. O programa contava com o apoio técnico do MEC, recursos financeiros repassados via Plano de Ações Articuladas (PAR) e bolsas para coordenadores, articuladores, redatores e formadores. O ProBNCC foi extremamente relevante para impulsionar o avanço da implementação da BNCC, uma vez que havia uma mobilização coordenada e nacional, com apoio técnico e financeiro, para as ações. No entanto, o programa foi descontinuado sem comunicação ou articulação com as redes, e sem que nenhuma iniciativa tenha sido criada para substituí-lo. Com isso, não há mais coordenação e suporte nacional para a implementação da BNCC.

No que concerne à prioridade “professores”, o MEC, especialmente o Inep, não avançou na alteração do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), tendo em vista as Novas Diretrizes Nacionais Curriculares e Base Nacional Comum da Formação Inicial e Continuada dos Professores da Educação Básica. Há ausência do MEC como indutor e coordenador de políticas nacionais de profissionalização da carreira docente.

Com relação à Primeira Infância, vale destacar que, ao final de 2019, R\$ 1 bilhão foi repatriado da Operação Lava Jato e des-

tinado, pelo Judiciário, ao Ministério da Educação para investimento na Educação Infantil, em 2020, por meio do Proinfância²³. Diante da inação do MEC em empenhar os recursos, estes foram remanejados e o investimento em creches e pré-escolas não ocorreu, apesar dos projetos de lei apresentados no Congresso com o objetivo de aplicar os recursos na Educação Infantil.

Uma das poucas pautas em que houve ação concreta do MEC foi a alfabetização. A Secretaria de Alfabetização (Sealf), criada em 2019, foi fortalecida e, no âmbito da Política Nacional de Alfabetização (PNA), foram lançados programas como o Tempo de Aprender. Porém, é importante ter mais clareza de como a PNA se articula com a Base Nacional Comum Curricular e com as políticas de alfabetização que já vêm sendo implementadas por Estados e Municípios, inclusive aquelas em regime de colaboração, inspiradas no Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), do Estado do Ceará.

Com relação ao Ensino Médio, dos R\$ 925 milhões previstos na dotação orçamentária de 2020 para o Ensino Médio em Tempo Integral, até agosto, nenhum centavo havia sido empenhado ou pago. Ao final do ano, a dotação vinculada ao programa foi reduzida para R\$ 325 milhões, dos quais apenas 48% foi pago (Todos Pela Educação, 2020a). Já com relação à execução do acordo de empréstimo firmado com o Banco Mundial, no valor de US\$ 250 milhões para um período de cinco anos, no âmbito do programa de apoio à implementação do Novo Ensino Médio, por meio da Portaria nº 649, de 10/07/2018, o projeto permanece com status geral de implementação “moderadamente insatisfatório”²⁴. O acordo de empréstimo segue uma modalidade de programas para resultados, no qual os recursos são liberados à medida que as metas são atingidas.

Por outro lado, o MEC deu continuidade ao Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) para a etapa do Ensino Médio. Em 2020, o principal desafio continuou sendo a assistência financeira às Secretarias, para investir nas ações de (re)elaboração curricular.

Por fim, vale citar a reformulação da Política Nacional de Educação Especial (PNEE), por meio do **Decreto nº 10.502, de 30/09/2020**, que incentiva o atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial em salas e instituições especializadas, prevendo, inclusive, destinação de recursos para tal finalidade. O decreto despertou críticas pelo risco de segregação e o tema foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF). O decreto foi revogado pelo STF, uma vez que incentiva a separação de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em salas e escolas especiais.

Ao se analisar as ações implementadas pelo MEC e aquilo que não foi feito, uma vez que inação também é uma decisão que gera consequências para a sociedade, pode-se concluir que **a falta de liderança e gestão do MEC reflete, acima de tudo, a baixíssima prioridade dada à Educação pelo atual Governo Federal. O ano de 2020 reforça a necessidade de mudanças para que o Ministério da Educação cumpra seu papel.**

²³ O Proinfância tem como objetivo garantir o acesso de crianças a creches e escolas e melhorar a infraestrutura física da rede de Educação Infantil.

²⁴ Para mais informações, consultar: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/311831608563940430/pdf/Disclosable-Version-of-the-ISR-Support-to-Upper-Secondary-Reform-in-Brazil-Operational-P163868-Sequence-No-06.pdf>

3.3. PRINCIPAIS MENSAGENS DO BALANÇO 2020 DO EDUCAÇÃO JÁ!

O principal sentido de se fazer um balanço de 2020 é compreender suas consequências para o momento presente e, sobretudo, tirar aprendizados e conclusões que possam ser úteis para repensar políticas e estratégias para promover a melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil. Quais foram, então, as principais mensagens trazidas pelo balanço de 2020 que foi apresentado? Na visão do Todos Pela Educação, três questões principais se destacam:

Principais mensagens do Balanço 2020 do Educação Já!

1. Para além do impacto no funcionamento das escolas, a pandemia trouxe grandes prejuízos às reformas educacionais que estavam em curso - que só não foram ainda mais afetadas por conta da ação de entes subnacionais e do Poder Legislativo;
2. A falta de liderança e gestão do MEC, já observada em 2019, se aprofundou em 2020 e deixou ainda mais claro que, sem coordenação nacional, os desafios da Educação Básica são acentuados e o avanço de agendas estruturantes em todo o País é comprometido;
3. Salvo forte inflexão do Governo Federal, as esperanças de avanços estruturantes na Educação Básica, até 2022, residem no protagonismo dos entes subnacionais e do Poder Legislativo.

1. Para além do impacto no funcionamento das escolas, a pandemia trouxe grandes prejuízos às reformas educacionais que estavam em curso - que só não foram ainda mais afetadas por conta da ação de entes subnacionais e do Poder Legislativo.

Como fica claro no Balanço 2020 da agenda do Educação Já! apresentado acima, os prejuízos trazidos pela pandemia vão além dos graves impactos imediatos nos alunos, professores e demais atores do sistema educacional. Ela também **afetou uma série de reformas importantes pelas quais a Educação brasileira passava no contexto pré-2020.**

Como não poderia ser diferente, com a pandemia, os esforços de todo o setor educacional voltaram-se para ações emergenciais de mitigação dos efeitos do fechamento de escolas e, mais recentemente, para a retomada segura das atividades presenciais. Isso significou que **diversas iniciativas que estavam em curso tiveram seu ritmo reduzido ou, até mesmo, foram paralisadas. Os efeitos só não foram ainda mais graves por conta da ação dos entes subnacionais e do Poder Legislativo**, que conseguiram avanços mesmo em um cenário extremamente desafiador.

No curto prazo, não há dúvidas de que o setor educacional brasileiro precisará estar focado no imenso desafio de conduzir um complexo processo de reabertura das escolas, conforme as indicações das autoridades da saúde. No entanto, é fundamental que se compreenda que os efeitos da pandemia nos estudantes devem se prolongar por alguns anos, e que apenas reabrir as escolas e voltar ao modelo de ensino de 2019 está longe de ser suficiente para os avanços de qualidade tão necessários na Educação Básica do País.

Isso significa que **será preciso retomar a celeridade de reformas que estavam em andamento, dar maior grau de coordenação e coerência entre seus esforços e, evidentemente, agregar a elas os aprendizados que a pandemia trouxe.** Entre esses aprendizados, por exemplo, estão: (i) um melhor entendimento do papel da tecnologia na Educação Básica – que teve sua adoção acelerada, ainda que de forma muito desigual entre as redes de ensino, mas que, como ferramenta pedagógica, deixou claro que não pode ser encarada como substituta ao trabalho dos professores; e (ii) um reforço à necessidade de que as políticas públicas tenham um olhar mais integral para as crianças e os jovens, buscando lhes oferecer um atendimento, de fato, intersetorial.

São reformas como as propostas pelo Educação Já! – e cujos principais desafios e prioridades para 2021 são abordados adiante – que poderão viabilizar uma reconstrução da Educação em bases mais sólidas e duradouras.

2. A falta de liderança e gestão do MEC, já observada em 2019, se aprofundou em 2020 e deixou ainda mais claro que, sem coordenação nacional, os desafios da Educação Básica são acentuados e o avanço de agendas estruturantes em todo o País é comprometido;

No desenho federativo brasileiro, **os problemas de liderança e gestão do Ministério acentuam os desafios da Educação Básica**, ainda que Estados e Municípios tenham a atribuição direta pela gestão das redes escolares. É responsabilidade legal do Governo Federal garantir que haja coordenação entre os diferentes sistemas de ensino, bem como apoio técnico e suplementação financeira quando forem necessários. **Especialmente na pandemia, em que essas funções foram mais necessárias e requisitadas, tivemos um MEC praticamente ausente. Tal inação também foi observada quanto à coordenação do andamento de pautas fundamentais para a melhoria da qualidade educacional**, em que o ministério tem tido papel ora discreto, ora nulo, ora negativo, como se expôs na seção anterior.

Na ausência do MEC, coube a outros atores, como o Conselho Nacional de Educação, o Consed, a Undime, o Congresso Nacional, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, setores da academia, sociedade civil organizada e o terceiro setor educacional, somar forças e buscar algum tipo de cooperação para fazer frente ao cenário imposto pela pandemia e garantir priorização suficiente para o avanço de agendas cruciais em 2020 – como no caso do Novo Fundeb.

Contudo, o ano de 2020 reforçou ainda mais que, dada a estrutura federativa brasileira e as enormes desigualdades entre os entes subnacionais, **o “vácuo” deixado pelo MEC é impossível de ser integralmente “neutralizado”**. Seja pela alta concentração de recursos na instância federal, por atribuição legal ou até mesmo por legitimidade institucional, **há desafios que, fundamentalmente, dependem de um MEC ativo – e altivo – para que sejam devidamente enfrentados**.

O aumento do protagonismo dos governos subnacionais e de outros atores do poder público é central para o avanço da Educação Básica brasileira e, em certo sentido, pode ser visto como um legado positivo do momento atual. Não obstante, na busca por avanços em escala e redução de desigualdades, tal protagonismo não pode prescindir de uma governança e coordenação nacional, tarefa que, na ausência de um Sistema Nacional de Educação, só pode ser exercida pelo Governo Federal.

3. Salvo forte inflexão do Governo Federal, as esperanças de avanços estruturantes na Educação Básica brasileira, até 2022, residem no protagonismo dos entes subnacionais e do Poder Legislativo.

O ano de 2020 confirmou o que o de 2019, o primeiro da atual gestão do Governo Federal, já havia indicado: que, **salvo uma completa mudança de rumo na gestão do MEC, as ações de melhorias da qualidade educacional precisarão ser lideradas e conduzidas pelos outros atores do poder público**. O grande desafio será não acentuar as desigualdades regionais e entre entes federados.

Já há exemplos de Estados e Municípios que, sem um apoio efetivo do Governo Federal, conseguiram estruturar e gerir sistemas educacionais com qualidade. A ausência do MEC não deve, portanto, eximir governadores e prefeitos de suas responsabilidades. **A dificuldade maior que se impõe com a atual gestão do Ministério da Educação está nos ganhos de qualidade em escala nacional**, especialmente no que concerne a um apoio necessário para Estados e Municípios mais pobres e com menor capacidade estatal. Nesse sentido, será central implementar mecanismos de cooperação entre Estados e Municípios, e entre Municípios, estimulando práticas colaborativas. Incentivar o regime de colaboração entre Estados e Municípios é um caminho que tem se mostrado exitoso, como evidenciado pelo caso do Estado do Ceará.

Além disso, na ausência do MEC, atores do Legislativo, o Consed e a Undime ganham ainda mais relevância e têm um papel central de articular e intensificar esforços em prol da melhoria da qualidade da Educação nos próximos dois anos.

Como complemento ao balanço apresentado dos avanços de políticas públicas educacionais no País em 2020, a seção seguinte traz os indicadores mais recentes da qualidade da Educação Básica brasileira. Eles evidenciam a urgência do País em avançar com a agenda de reformas estruturantes do Educação Já! recomendadas neste documento.



4. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

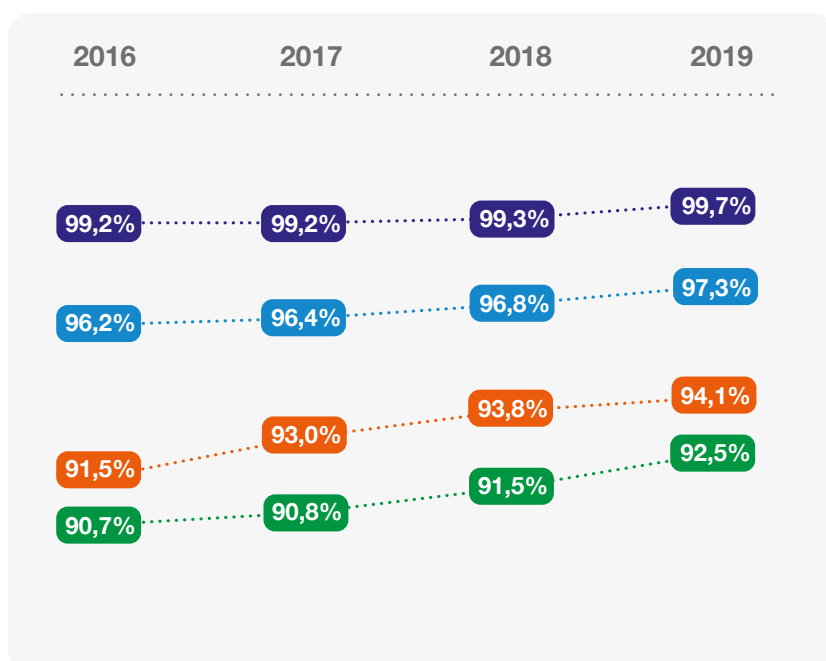
As propostas apresentadas no âmbito do Educação Já! estão ancoradas em três “objetivos-fins”, que são garantir:

- # O acesso de todas as crianças e jovens à escola;
- # A permanência na escola com trajetória e conclusão em idade apropriada; e
- # A aprendizagem adequada de todos os estudantes.

A seguir, é apresentada a evolução dos principais indicadores ligados a esses objetivos-fins, com a atualização dos dados mais recentes disponíveis²⁵. Por mais que sejam informações pré-pandemia, entender o contexto em que o País estava quando as escolas foram fechadas é muito importante para uma reflexão maior das respostas que serão necessárias no enfrentamento das crises trazidas pela Covid-19.

²⁵ Para acesso a mais dados e informações, consultar o Observatório do Plano Nacional de Educação e o Anuário Brasileiro da Educação Básica, ambos produzidos pelo Todos Pela Educação, disponíveis em: <https://observatoriodopne.org.br/> e <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2020/>

Figura 7: Taxa de atendimento escolar



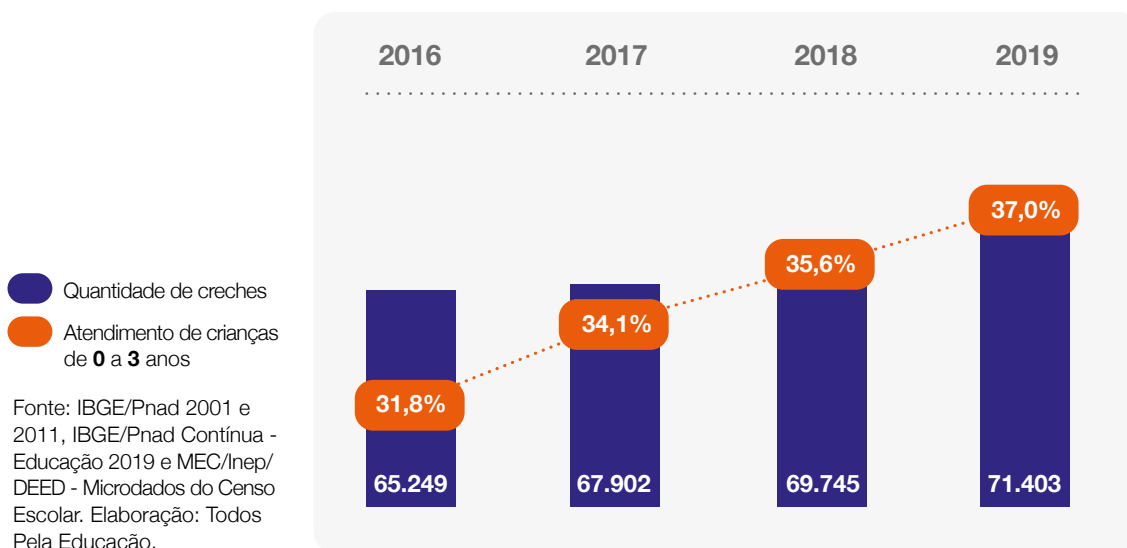
Acesso escolar

Com relação ao acesso escolar, 97,3% das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estavam frequentando a escola, em 2019. Nos últimos quatro anos, houve uma melhoria incremental na taxa de atendimento escolar, com um crescimento de 1,1 ponto percentual (p.p.) (figura 7).

Contudo, quando se observa a taxa de atendimento por faixa etária, dois desafios ficam nítidos: aumentar a taxa de atendimento na Pré-Escola e no Ensino Médio. Em 2019, 94,1% das crianças entre 4 e 5 anos estavam frequentando a escola e cerca de 316 mil estavam fora. Já com relação aos adolescentes de 15 a 17 anos, 92,5% estavam frequentando e cerca de 675 mil estavam fora da escola.

Para as crianças de 0 a 3 anos, não há obrigatoriedade de frequência escolar prevista em lei. Mas o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece, na Meta 1, ampliar a oferta de Creches em, no mínimo, 50% para crianças de até 3 anos até 2024. Nos últimos quatro anos, houve um crescimento de 5,2 p.p. (figura 8). Contudo, será necessário acelerar o ritmo de expansão para que a meta seja atingida nos próximos quatro anos.

Figura 8: Taxa de atendimento escolar de 0 a 3 anos e número de Creches

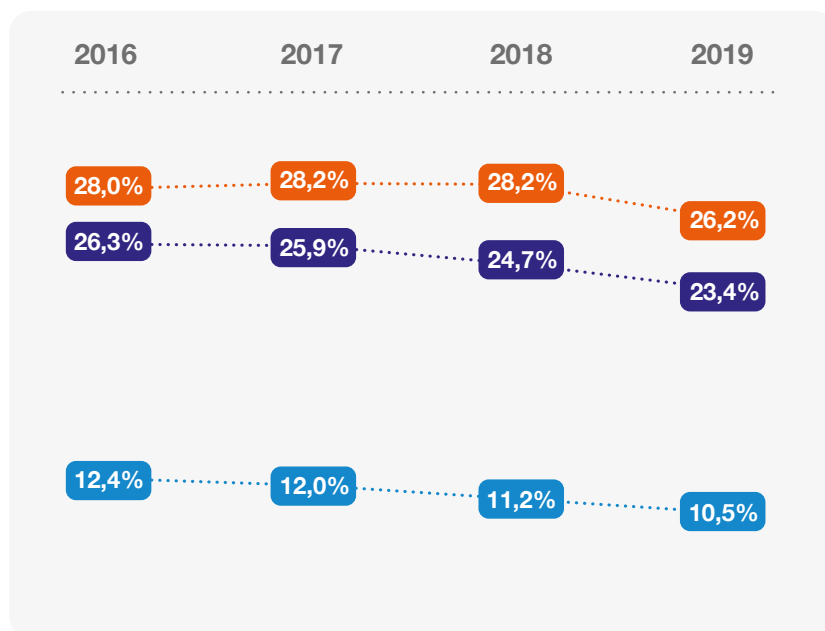


Permanência e Trajetória escolar

Um dos desafios da Educação brasileira é garantir a todos os estudantes uma trajetória de sucesso escolar com a conclusão de todas as etapas da Educação Básica na idade certa. A distorção idade-série²⁶ está presente em todas as etapas, sendo mais elevada no Ensino Médio (26,2%) e nos Anos Finais do Ensino Fundamental (23,4%). A redução do atraso escolar tem sido tímida nos últimos anos, com uma melhoria um pouco mais significativa em 2019, com uma queda de 2 p.p. no Ensino Médio, 1,3 p.p. nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 0,7 p.p. nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em relação a 2018 (figura 9).

²⁶ A distorção idade-série é um indicador educacional que permite acompanhar o percentual de alunos, em cada série, que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados.

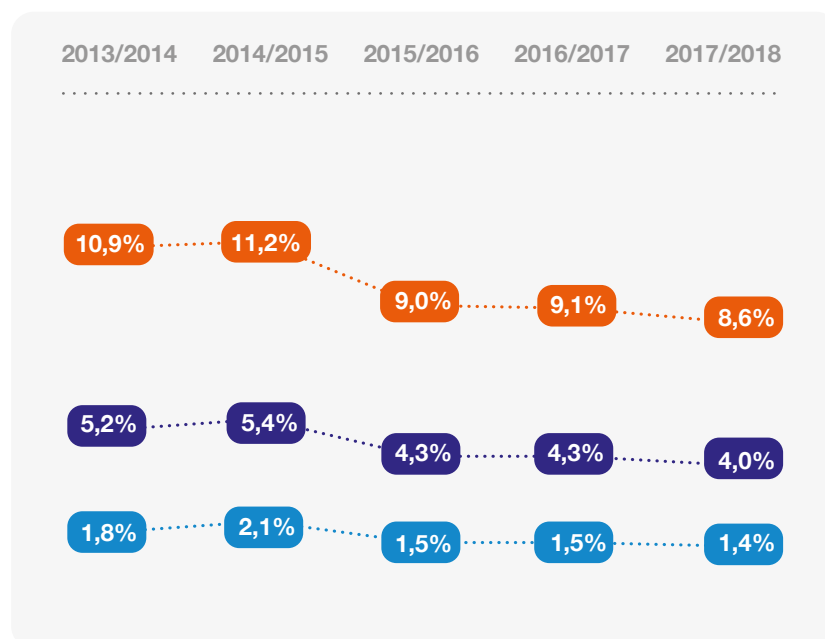
Figura 9: Distorção idade-série nas etapas da Educação Básica



As taxas de evasão escolar refletem os desafios que os sistemas de ensino precisam enfrentar para promover a permanência, a aprendizagem e a conclusão da Educação Básica a todos os estudantes. De 2017 para 2018 (últimos dados disponíveis), 8,6% dos alunos do Ensino Médio deixaram a escola e não se matricularam no ano seguinte. Já no Ensino Fundamental, esse percentual foi menor, sendo de 4% nos Anos Finais e de 1,4% nos Anos Iniciais. A redução na taxa de evasão escolar tem sido muito lenta nos últimos anos (figura 10).

Uma das consequências da distorção idade-série e da evasão escolar é que, em 2020, apenas 82,4% dos jovens de

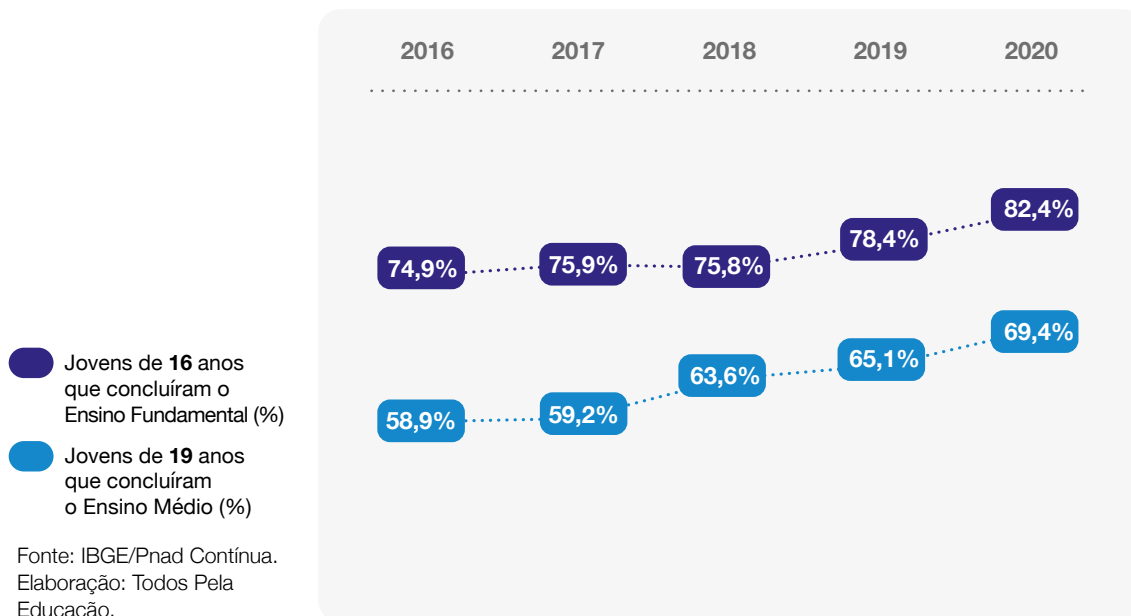
Figura 10: Taxa de evasão escolar nas etapas da Educação Básica



16 anos haviam concluído o Ensino Fundamental e somente 69,4% dos jovens de 19 anos haviam concluído o Ensino Médio (figura 11).

Observa-se uma melhoria contínua ao longo dos últimos anos, especialmente em 2019 e 2020, mas ainda há muito o que avançar.

Figura 11: Jovens que concluíram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na idade adequada



Aprendizagem

Garantir que todos os estudantes tenham aprendizagem adequada é o principal desafio da Educação brasileira. Os resultados da edição do Saeb 2019, divulgados em 2020, mostram que, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 61,1% dos alunos do 5º ano possuíam aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e 51,5% em Matemática. Os avanços desaceleraram de 2017 a 2019, mas são substantivos quando se observam os dados a partir de 2007. Nos Anos Finais, a situação piora: apenas 41,4% dos alunos do 9º ano possuíam aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e somente 24,4% em Matemática (figura 12).²⁷

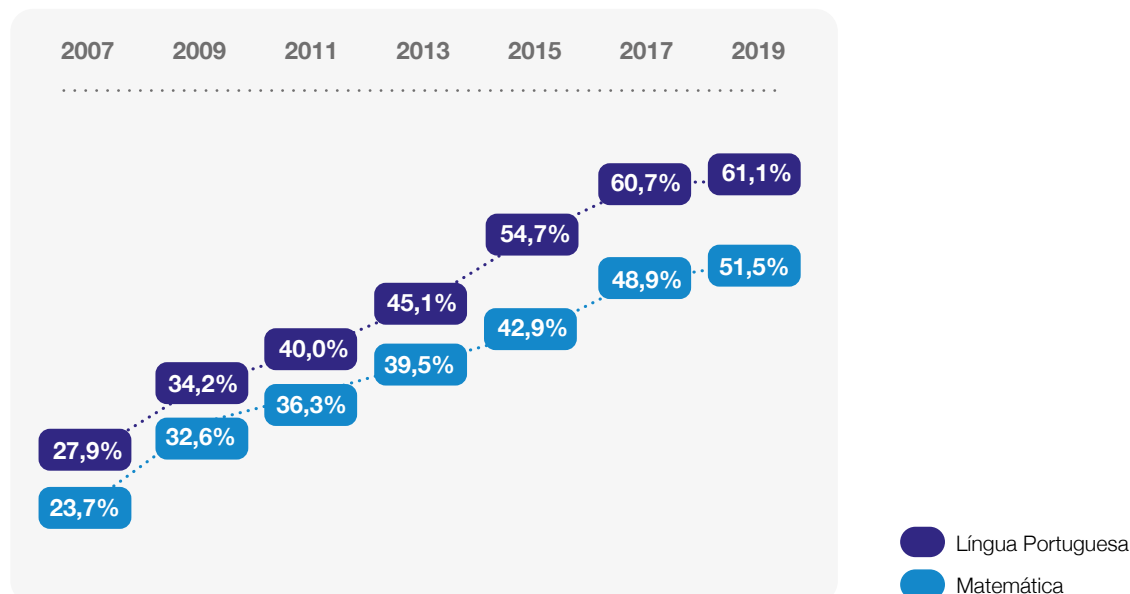
De 2017 para 2019, houve um crescimento de apenas 0,4 p.p. em Língua Portuguesa e de 2,6 p.p. em Matemática, no 5º ano, e 1,9 p.p. em Língua Portuguesa e 2,9 p.p. em Matemática, no 9º ano. Importante destacar o maior crescimento em Matemática, especialmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Os resultados do Ensino Médio são os mais alarmantes. Em 2019, apenas 37,1% dos estudantes na 3ª série possuíam aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e somente 10,3% em Matemática (figura 13). Contudo, vale destacar a evolução ocorrida entre 2017 e 2019, com um crescimento de 8 p.p. em Língua Portuguesa, depois de quase 12 anos de estagnação dos resultados de aprendizagem do Ensino Médio.

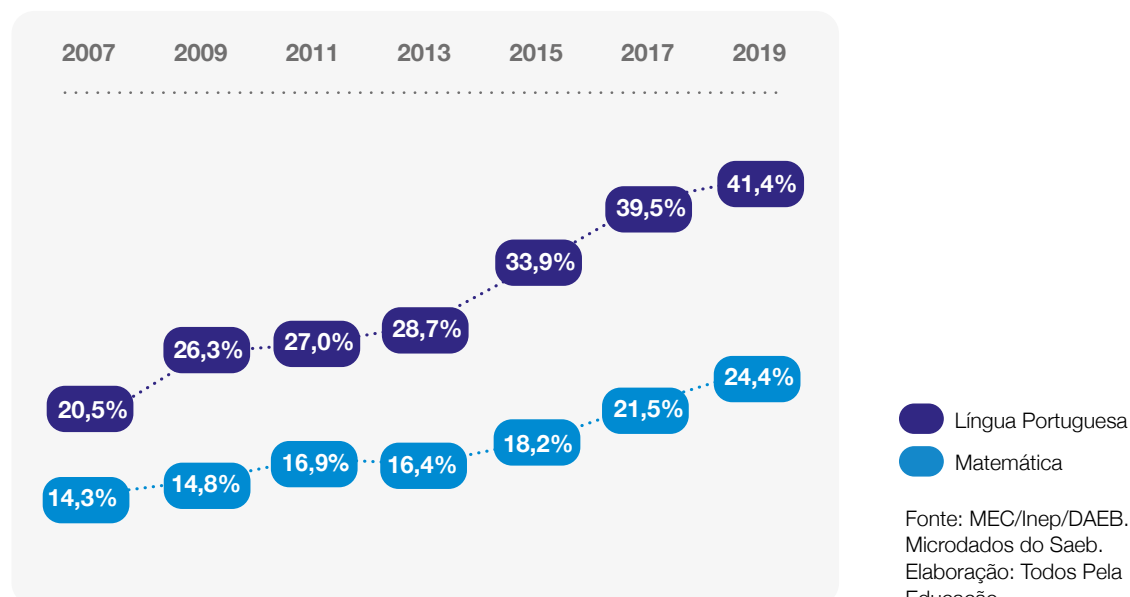
²⁷ O Saeb 2019 também avaliou, pela primeira vez, a alfabetização no 2º ano do Ensino Fundamental e a aprendizagem em Ciências de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Como ainda não há parâmetros criados sobre o que pode ser chamado de “adequado” nessas avaliações, esses dados não foram reportados neste documento.

Figura 12: Alunos com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental

5º ano do Ensino Fundamental



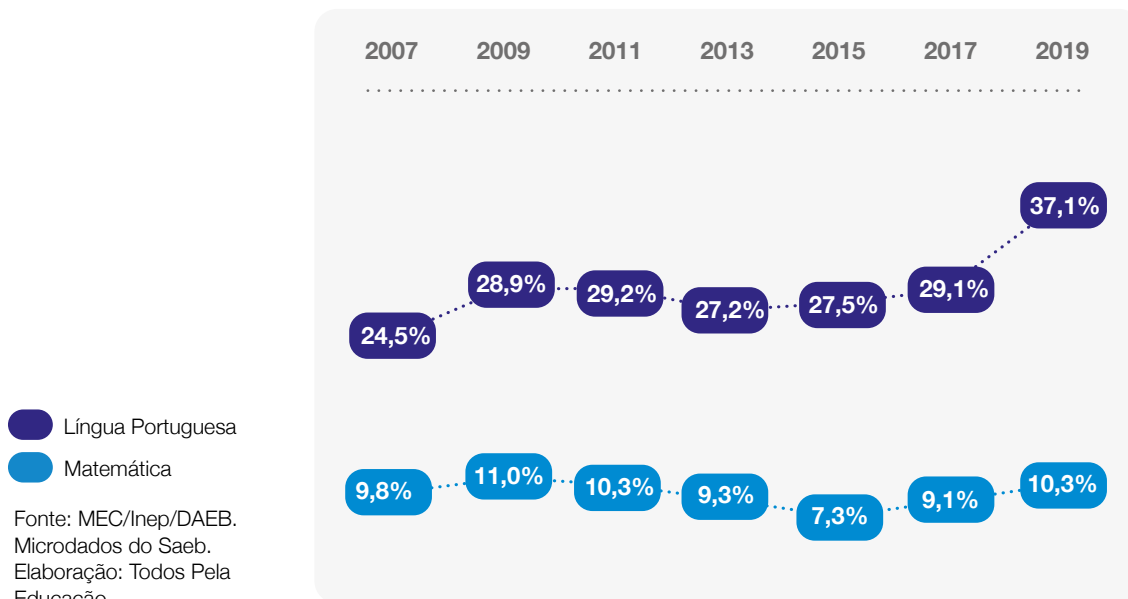
9º ano do Ensino Fundamental



Fonte: MEC/Inep/DAEB.
Microdados do Saeb.
Elaboração: Todos Pela Educação.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado a partir das médias padronizadas de aprendizagem do Saeb e dos dados de aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, vem apresentando uma evolução lenta nos últimos 14 anos, sobretudo nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (figura 14). Em 2019, o Ideb dos Anos Iniciais foi de 5,9, o único que atingiu e superou a meta projetada para aquele ano (5,7). Já o Ideb dos Anos Finais foi de 4,9 pontos, abaixo da meta (5,2), apesar do avanço de 0,2 ponto em relação a 2017. Por fim, o Ideb do Ensino Médio foi de 4,2, apresentando um crescimento de 0,3 ponto em relação a 2017, o maior dos últimos 14 anos, apesar de ainda estar abaixo da meta (5).

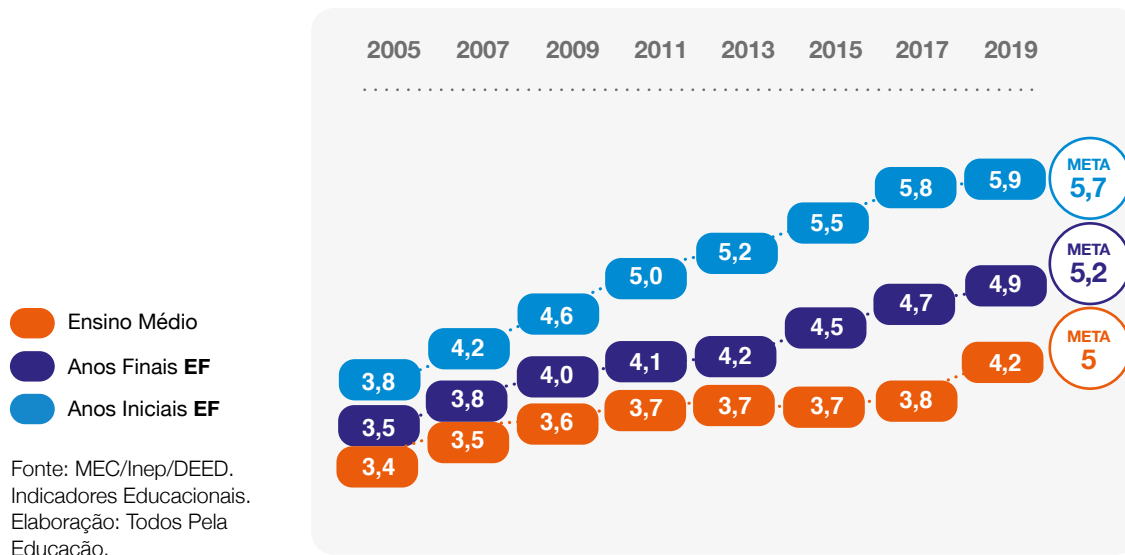
Figura 13: Alunos com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e Matemática na 3ª série do Ensino Médio



Ao analisar a evolução de todos os indicadores apresentados anteriormente, observa-se que, apesar das melhorias ocorridas, especialmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ainda há muito o que avançar, sobretudo nas dimensões de aprendizagem e permanência. É inaceitável que a maioria dos estudantes brasileiros não tenha aprendizagem adequada para seu ano e série e que 30% dos estudantes de até 19 anos não concluam o Ensino Médio.

Na seção seguinte, são apresentados os principais desafios e prioridades para 2021, para que, de fato, todos os estudantes brasileiros tenham trajetórias de sucesso escolar e oportunidades de aprender e se desenvolver.

Figura 14: Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Rede Total (pública e privada)





5. DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA 2021

Um dos principais desafios e prioridades para 2021 será a retomada das aulas e atividades presenciais de forma segura, com ações articuladas e estratégias de curto e médio prazos para recuperar os prejuízos à aprendizagem e ao desenvolvimento cognitivo e socioemocional de crianças e adolescentes gerados durante o fechamento das escolas em função da pandemia de Covid-19²⁸.

Além disso, é urgente seguir avançando com a agenda de reformas estruturantes para a melhoria da qualidade da Educação Pública em todo o Brasil. A seguir, apresentam-se as principais prioridades para 2021 em cada um dos temas da agenda do Educação Já!

Governança e Gestão

- # Avançar na regulamentação e na estruturação do Sistema Nacional de Educação (SNE), garantindo, fundamentalmente, a delimitação clara e detalhada das atribuições e responsabilidades dos entes federados e a previsão de instâncias deliberativas nacional e subnacionais (Estados e seus Municípios com paridade de representação e poder decisório entre os níveis de governo); e
- # Fortalecer e estimular experiências de regime de colaboração entre Estado e Municípios e de cooperação intermunicipal.

Financiamento

- # Realizar a atualização da Lei de Regulamentação do Fundeb, tendo em vista que alguns instrumentos e mecanismos não foram contemplados na Lei de Regulamentação aprovada em 2020, tais como a operacionalização dos fatores de ponderação das etapas, modalidades e tipos de ensino na Educação Básica, os ponderadores fiscal e socioeconômico e a revisão e avaliação periódica do Fundeb;

²⁸ O Todos Pela Educação produziu uma nota técnica com recomendações para a elaboração dos planos municipais de retomada das aulas e atividades presenciais. Consulte em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/securepdfs/2020/12/Recomendacoes_VoltaasAulas_TodosPelaEducacao_dez2020.pdf

- # Garantir o funcionamento dos sistemas operacionais do Fundeb no FNDE; e
- # Avançar na elaboração e na efetivação das leis estaduais de distribuição da cota-parte do ICMS aos Municípios, com percentual obrigatório mínimo de 10% com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, para que seja cumprido o novo princípio constitucional (art. 158 da CF) introduzido pela EC 108 do Novo Fundeb. Para isso, é essencial que, em 2021, os Estados façam o desenho da política e elaborem seus projetos de lei para tramitação nas Assembleias Legislativas²⁹.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

- # Elaborar e disseminar cronograma nacional de implementação que abranja as frentes de currículo, formação, materiais didáticos e avaliações;
- # Garantir que todos os Municípios tenham seus referenciais curriculares alinhados à BNCC;
- # Elaborar e implementar planos de formação continuada com foco nos novos currículos (re)construídos a partir da BNCC;
- # Ainda no nível subnacional, continuar os esforços de alinhamento dos elementos pedagógicos (recursos didáticos e avaliações, por exemplo) aos novos currículos, buscando coerência entre eles;
- # O MEC (re)assumir o papel de coordenador nacional da implementação da BNCC para a redução de desigualdades regionais, apoiando tecnicamente e com recursos financeiros; e
- # Articular o Saeb com a BNCC e o Novo Ensino Médio, com a participação dos Estados e dos Municípios. É preciso que o MEC e o Inep, junto com o Consed e a Undime, definam um cronograma claro, consensuado e disseminado para a transição entre o Saeb atual e o novo Saeb, incluindo o Ideb.

Professores

- # Iniciar a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores, por meio da reestruturação do Sinaes e da alteração do Enade 2023;
- # Iniciar, nas redes de ensino, a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores;
- # Construir programas para monitoramento e apoio à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- # Formular políticas de profissionalização e valorização da carreira docente, tendo como foco avanços nos critérios de ingresso, estágio probatório, estrutura de progressão e

²⁹ O Banco Mundial produziu um guia detalhado para os governos estaduais desenvolverem um modelo similar ao do Ceará, que pode ser útil nesse processo (ver Holanda, Cruz e Loureiro, 2020).

planos de carreira, condições salariais e regimes de contratação; e

Retomar as discussões sobre o critério de reajuste do Piso Nacional, à luz das mudanças trazidas pelo Novo Fundeb.

Primeira Infância

O FNDE apoiar os novos gestores municipais no desafio de retomar o processo de construção e viabilização do funcionamento das creches inacabadas no âmbito do Proinfância;

Ampliar o financiamento de expansão da Educação Infantil;

Nas novas gestões municipais, implementar ações para universalizar, rapidamente, o acesso à Pré-Escola e oferecer o atendimento em Creches para todos que precisam, sempre prezando pela qualidade;

Expandir, nos entes subnacionais, ações intersetoriais buscando um atendimento integral às crianças na Primeira Infância; e

Ampliar a atenção às gestantes e famílias com crianças pequenas em situação de vulnerabilidade por meio de programas de visitas domiciliares e encontros em grupo.

Alfabetização

Revisar os programas Conta Pra Mim e Tempo de Aprender, buscando um maior alinhamento com a BNCC;

Evoluir o desenho de implementação do programa Tempo de Aprender, articulando-o com as políticas estaduais e municipais, em especial, nas localidades que já têm políticas estruturadas e/ou operam políticas de alfabetização em regime de colaboração;

Avançar o Saeb 2º Ano e sua forma de disponibilização de dados, para que essa avaliação realmente tenha o potencial de apoiar os gestores na formulação de esforços locais focados em alfabetização;

Aprimorar os materiais didáticos de alfabetização nas redes de ensino;

Realizar avaliação de fluência que apoie os diagnósticos e a formulação de políticas locais;

Expandir a alfabetização em regime de colaboração para mais Estados, em 2021; e

Consolidar os programas de alfabetização em regime de colaboração nos Estados que já os instituíram.

Ensino Médio

O MEC (re)assumir o papel de coordenador nacional da política, em colaboração com os Estados, garantindo apoio técnico, financeiro e uma maior integração entre os entes;

- # O MEC/Inep publicar um cronograma nacional da implementação do Novo Ensino Médio pactuado com as redes estaduais, envolvendo, inclusive, os prazos previstos para as novas avaliações (Enem e Saeb) a serem aplicadas;
 - # O MEC publicar edital do PNLD para aquisição de obras voltadas ao desenvolvimento de itinerários formativos, para apoiar as redes;
 - # Garantir que todas as redes estaduais homologuem os currículos de referência da etapa;
 - # Continuar a expansão do modelo de Ensino Médio em Tempo Integral nas redes estaduais, incluindo a continuidade, expansão e execução orçamentária pelo MEC da política de fomento já existente;
 - # Elaborar e iniciar o Plano de Implementação do Novo Ensino Médio e o Plano de Formação de Educadores de cada rede, garantindo que o Ministério da Educação avance com a provisão de assistência técnica de apoio e fortalecimento da capacidade das Secretarias Estaduais; e
 - # Acompanhar e sistematizar experiências, para que boas práticas possam ser disseminadas. Mais escolas deverão implementar experiências-piloto do Novo Ensino Médio em 2021.
-



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 certamente entrará para a história da Educação brasileira em função dos impactos na aprendizagem, no desenvolvimento e na trajetória escolar de milhões de estudantes. Uma geração de crianças e adolescentes será afetada pelos impactos educacionais e sociais da pandemia de Covid-19, especialmente os mais vulneráveis, com consequências individuais e coletivas no capital humano e no desenvolvimento do País.

A pandemia de Covid-19 impôs desafios antes nunca vividos pelas redes e sistemas de ensino. As Secretarias de Educação, os professores e os demais profissionais de Educação tiveram que se reinventar para oferecer o ensino remoto, com grandes desigualdades entre regiões, redes, escolas e estudantes. As desigualdades educacionais foram ampliadas.

A pandemia também trouxe um prejuízo imenso no avanço de políticas educacionais estruturantes que estavam em andamento, especialmente a nível subnacional. A implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio foi desacelerada, assim como políticas de valorização e profissionalização da carreira docente foram interrompidas. Todas as sete prioridades do Educação Já! foram afetadas pela pandemia, em alguma medida, com intensidades diferentes entre Estados e Municípios.

Apesar da pandemia e da falta de coordenação do MEC, a agenda do Educação Já! avançou, sobretudo devido a ação dos governos subnacionais e do Poder Legislativo. Certamente, a principal conquista de 2020 foi a aprovação e a regulamentação do Novo Fundeb mais redistributivo e indutor de qualidade, no âmbito da prioridade “Financiamento”. Foram observados avanços em outras prioridades e medidas, mas aquém do esperado ou inicialmente planejado pelas redes e sistemas de ensino.

O ano de 2021, por sua vez, traz os desafios de recuperação da aprendizagem e de retomada das aulas e atividades presenciais de forma segura. Mas não basta apenas reabrir as escolas e voltar a trabalhar nos moldes anteriores. **A implementação de reformas estruturantes precisará ganhar novo impulso para superar os desafios e as desigualdades educacionais que foram ampliados.**

Para além do sofrimento, as crises, como a vivida em função da pandemia de Covid-19, trazem disrupções que constroem novos paradigmas (Costin, 2020). Que novos paradigmas de sociedade, de escola e de Educação Básica sejam construídos.



REFERÊNCIAS

Abrucio, F. L., Segatto, C. I. & Pereira, M.C.G (2016). “Regime de Colaboração no Ceará: Funcionamento, Causas do Sucesso e Alternativas de Disseminação do Modelo”. São Paulo: Instituto Natura. Disponível em: https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2020/08/Pesquisa-FGV-_PAIC.pdf

Alexander, K. L., Entwisle, D. R., & Olson, L. S. (2007). *Lasting consequences of the summer learning gap*. American Sociological Review, 72(2), 167-180.

Atteberry A., Mceachin, A., & Bloodworth, A. (2016). *School's out: Summer learning loss across grade levels and school contexts in the US today. The summer slide: What we know and can do about summer learning loss*, 35-54.

Azevedo, J. P.; Hasan, A.; Goldemberg, D.; Iqbal, S. A. & Geven, K. (2020). *Simulating the Potential Impacts of COVID-19 School Closures on Schooling and Learning Outcomes: A Set of Global Estimates*. Policy Research Working Paper, nº 9284. World Bank, Washington, DC. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33945>

Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (ed.) (2020). “Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros”. TIC Domicílios 2019. Comitê Gestor da Internet no Brasil: São Paulo. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/>

Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) & Tribunais de Contas de Estados e Municípios (2020). “A educação não pode esperar. Ações para minimizar os impactos negativos à educação em razão das ações de enfrentamento ao novo coronavírus”. Portal Iede. Disponível em: https://www.portaliede.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Estudo_A_Educa%C3%A7%C3%A3o_N%C3%A3o_Pode_Esperar.pdf

Cooper, H. M. (2003). *Summer learning loss: The problem and some solutions*. Champaign, IL: ERIC Clearinghouse on Elementary and Early Childhood Education.

Costin, C. (2020). Claudia Costin em entrevista concedida ao Todos pela Educação, em 23 de novembro de 2020. São Paulo: Todos Pela Educação.

Engzell, P., Frey, A. & Verhagen, M. D. (2020). “*Learning Inequality During the Covid-19 Pandemic.*” SocArXiv. October 29.

Hanushek, E. A & Woessmann, L. (2020). *The economic impacts of learning losses*, OECD Education Working Papers, No. 225, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/21908d74-en>

Holanda, M., Barbosa, M., Cruz, L. & Loureiro, A. (2020). “Implementando um Mecanismo de Incentivos para os Governos Municipais Melhorarem os Resultados da Educação: Um Guia de Implementação Inspirado no Caso do Ceará”. Banco Mundial. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/354741606111551682/pdf/Implementing-a-Results-Based-Financing-Mechanism-for-Subnational-Governments-to-Improve-Education-Outcomes-An-Implementation-Guide-Inspired-by-the-Case-of-Ceara-Brazil.pdf>

Instituto Península (2020). “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do coronavírus no Brasil”. Instituto Península: São Paulo. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/pesquisa-sentimento-e-percepcao-dos-professores-nos-diferentes-estagios-do-coronavirus-no-brasil/>

Ipea (2006). “O que é? Desvio padrão”. Ano 3. Edição 23 - 6/6/2006. Por Andréa Wolfenbüttel. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2104:catid=28&Itemid=23

Kim, J. S. & Quinn, D. M. (2013). *The effects of summer reading on low-income children's literacy achievement from kindergarten to grade 8: A meta-analysis of classroom and home interventions. Review of Educational Research*, 83(3), 386-431.

Loureiro, A. Cruz, L. Lautharte Júnior, I. & Evans, D.K (2020). “O Ceará é um Modelo para Reduzir a Pobreza de Aprendizagem”. Banco Mundial. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/200981594196175640/pdf/The-State-of-Ceara-in-Brazil-is-a-Role-Model-for-Reducing-Learning-Poverty.pdf>

Maldonado, Joana & De Witte, Kristof. (2020). *The effect of school closures on standardised student test outcomes*. FEB Research Report Department of Economics. KU Leuven – Faculty of Economics and Business.

MCSV (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal) (2020). Nota Técnica: Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2022 e a Educação Infantil. São Paulo: MCSV.

MEC (2020). “Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica”. MEC: Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/GuiaDeretornodasAtividadesPresenciaisnaEducaoBsica.pdf>

Neidhöfer, G; Lustig, N. & Tommasi, M. (2020). *"Intergenerational Transmission of Lockdown Consequences: Prognosis of the Longer-run Persistence of COVID-19 in Latin America."* CEQ Working Paper 99, Commitment to Equity Institute, Tulane University, December. Disponível em: <http://repec.tulane.edu/RePEc/ceq/ceq99.pdf>

Neri, M. & Osorio, M.C. (2020). "Tempo para Escola na Pandemia". FGV Social: Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/TempoParaEscola/>

Núcleo Ciência Pela Infância (2020). "Repercussões da Pandemia de COVID-19 no Desenvolvimento Infantil" [livro eletrônico] / Alicia Matijaevich Manitto et al.; tradução de Melissa Harkin. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Disponível em: <https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Working-Paper-Repercussoes-da-pandemia-no-desenvolvimento-infantil-3.pdf>

Psacharopoulos, G., Collis, V., Patrinos, H. A. & Vegas, E. (2020). *Lost Wages: The COVID-19 Cost of School Closures* (May 14, 2020). World Bank Policy Research Working Paper nº 9246. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3601422>

Souza, A. P. et al. (2020). "Perda de aprendizado no Brasil durante a pandemia de covid-19 e o avanço da desigualdade educacional". Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona (FGV EESP Clear), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). São Paulo: Fundação Lemann e FGV EESP Clear. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/e828oun5z-DAh6bqCMcplmqKz1VsD5Tr3jTgecYXd.pdf>

Todos Pela Educação (2018). "Educação Já! Uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022. Todos Pela Educação: São Paulo. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/educacao-ja/#documento-tecnico-educacao-ja>

Todos Pela Educação (2020a). "Execução Orçamentária do Ministério da Educação (MEC)". 6º Relatório Bimestral, Consolidado do Exercício de 2020. Todos Pela Educação: São Paulo.

Todos Pela Educação (2020b). "Educação Já Municípios - Recomendações para o plano de reabertura das escolas nas novas gestões municipais". Todos Pela Educação: São Paulo. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/securepdfs/2020/12/Recomendacoes_VoltaasAulas_TodosPelaEducacao_dez2020.pdf

Todos Pela Educação (2020c). "Educação Já Municípios - Contribuições para o debate sobre políticas educacionais no contexto das eleições de 2020". Todos Pela Educação: São Paulo. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/securepdfs/2020/12/Educacao-Ja-NosMunicipios_TodosPelaEducacao_2.pdf

Todos Pela Educação (2020d). 1º Relatório Anual de Acompanhamento do Educação Já! Balanço 2019 e Perspectivas 2020, 1ª Edição. Todos Pela Educação: São Paulo. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/417.pdf

Todos Pela Educação & Instituto Unibanco (2020). “Covid-19: Impacto fiscal na Educação Básica. 3º Relatório. O cenário de receitas e despesas nas redes estaduais e municipais em 2020”. Todos e IU: São Paulo. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/securepdfs/2020/10/Estudo_impacto_covid-19-educacao-vol3_out2020.pdf

Unicef/Ibope Inteligência (2020). “Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes. Relatório de análise – 1ª. Onda”. 21 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/11331/file/relatorio-analise-impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes.pdf>

Yarrow, N, Masood, E. & Afkar, R. (2020). *Estimates of COVID-19 Impacts on Learning and Earning in Indonesia: How to Turn the Tide*. World Bank, Washington, DC. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34378>



TODOSPELAEDUCACAO.ORG.BR



[/TODOSEDUCACAO](https://www.facebook.com/TODOSEDUCACAO)



[@TODOSEDUCACAO](https://twitter.com/TODOSEDUCACAO)



[@TODOSPELAEDUCACAO](https://www.instagram.com/TODOSPELAEDUCACAO)



[/USER/TODOSPELAEDUCACAO](https://www.youtube.com/user/TODOSPELAEDUCACAO)



[/COMPANY/TODOSPELAEDUCACAO](https://www.linkedin.com/company/TODOSPELAEDUCACAO)



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO